



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2012



Sede: Avenida Fernão Magalhães, 1862 13º - 4350-158 Porto
Capital social: 79.649.000 EUROS
Matriculada na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com o nº 51.372
NIPC: 500 246 467

Índice

1	Relatório de Gestão.....	3
1.1	CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO.....	3
1.2	EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO EM 2012.....	4
1.2.1	Principais Acontecimentos	4
1.2.2	Evolução da Atividade	5
1.2.3	Identificação dos Principais Riscos do Grupo	11
1.2.4	Perspetivas 2013.....	11
1.3	MODELO DE GOVERNO.....	12
1.3.1	Identificação dos Órgãos Sociais da STCP, S.A.....	12
1.3.2	Atribuições de cada membro do Conselho de Administração	13
1.3.3	Remunerações dos Órgãos Sociais	14
1.4	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	22
1.4.1	Resultados Operacionais	22
1.4.2	Resultados Financeiros e Resultados Líquidos	23
1.4.3	Evolução Patrimonial	23
2	Anexo ao Relatório de Gestão	25
3	Demonstrações Financeiras Consolidadas	26
3.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	26
3.2	NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	32
4	Declaração de Conformidade da Informação Financeira Apresentada.	74
5	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas .	75
6	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	76

1 Relatório de Gestão

1.1 Caracterização do Grupo

O grupo é constituído pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A (STCP, S.A.) e pela STCP Serviços, estando a atividade consubstanciada na STCP, S.A., pois a STCP Serviços cessou a atividade operacional no primeiro trimestre de 2012.

Assim, a visão detalhada do grupo e o resultado das suas operações estão traduzidos no Relatório e Contas individuais da STCP, S.A..

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP, S.A.)

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

Sendo o Estado Português o acionista único da STCP, as funções de tutela financeira e setorial encontram-se atribuídas ao Ministério das Finanças e ao Ministério da Economia e do Emprego, cabendo a função acionista do Estado Português à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - SROC.

A STCP, como principal operador de serviço público da AMTP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda. (STCP, Serviços)

Empresa detida a 100% pela STCP, SA. Em 2008 alterou o seu objeto social para poder operar, gerir, e explorar o transporte público em autocarro ou carro elétrico, organizar e vender viagens e outros produtos turísticos.

Foi decidido, na reunião do Conselho de Administração a 22 de dezembro de 2011, ata 55/2011 ponto 6.2.2, a cessação da atividade operacional com efeito a 29 de fevereiro de 2012.

1.2 Evolução do Negócio em 2012

1.2.1 Principais Acontecimentos

Data	Evento
9 janeiro	Museu do Carro Eléctrico acolhe reunião de projeto de investigação sobre Museus do Porto
janeiro	Realização de Inquéritos ao público para avaliação do Projeto WiFi / TV Digital na linha 207
23 janeiro	O Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (SEOTC) informa a STCP da decisão sobre medidas a serem implementadas na empresa para a reestruturação da rede de transportes públicos
28 janeiro	STCP e PSP realizam ação de fiscalização conjunta na rede da madrugada
1 fevereiro	Aumento tarifário médio de 5%
11 fevereiro	Operação de fiscalização conjunta com a PSP com vista ao reforço da segurança
23 fevereiro	STCP implementa os primeiros ajustamentos de horários e frequências definidos no âmbito das decisão do grupo de trabalho criado por despacho nº 13.371/2011, de 22 de setembro, do SEOPTC
28 fevereiro	Apresentação pública das contas da empresa 2011
fevereiro a maio	Serviço de transporte "CIVITAS BUS"- parceria entre a FEUP, a STCP e a CMP, no âmbito do Projeto Europeu CIVITAS-Elan, cofinanciado pela União Europeia
3 e 4 março	STCP estabelece uma parceria com a organização do festival Vodafone Mexefest, transportando milhares de pessoas
9 março	Apresentação da nova imagem do serviço Porto Tram City Tour e inauguração do Carro Eléctrico nº 220 após processo de reconstrução integral
23 março	Assembleia Geral Anual da STCP, S.A.
1 abril	Primeira carreira de Autocarros da STCP faz 64 anos
30 abril	Implementação de um conjunto de alterações nos horários de linhas de serviço público para um maior ajustamento entre procura e oferta
5 maio	22º Desfile Anual de Carros Eléctricos Históricos integrando comemorações dos 140 anos da inauguração da primeira linha de caminho-de-ferro americano, em Portugal
6 a 13 maio	Serviço Especial Queima das Fitas 2012 em parceria com a Federação Académica do Porto
18 maio	Celebração Dia Internacional dos Museus / Noite dos Museus / 20 anos da data de abertura ao público do Museu do Carro Eléctrico
2 e 3 junho	Serviço Especial Serralves em Festa em parceria com o Museu de Serralves
7 a 10 junho	Serviço Especial Optimus Primavera Sound em parceria com a organização do festival
11 a 15 junho	Auditoria interna anual ao Sistema Integrado de Gestão da STCP
21 junho	Reorganização funcional do Interface da Casa da Música pela Câmara Municipal do Porto com alterações de percursos e terminos em algumas linhas da STCP
29 junho	Eleição pelo acionista de dois administradores executivos para o Conselho de Administração
1 julho	Retoma da exploração direta das linhas 10, 55, 68, 69 e 70 pela Empresa de Transportes Gondomarense e da linha 64 pela empresa Auto-Viação Pacense
1 julho	Linha ZH passa a ser operada com autocarros da STCP e tem um aumento de percurso para servir Bonjóia
10 agosto	Eleição pelo acionista do presidente não executivo e de um administrador não executivo para o Conselho de Administração
1 setembro	Alteração das regras de adesão às assinaturas Andante 4_18 e sub23
16 a 22 setembro	STCP participa na Semana Europeia da Mobilidade
1 outubro	Criação linha 209 em substituição da ZL e extensão à zona da Prelada
3 novembro	Carro Eléctrico nº 373 faz 60 anos de circulação
12 a 16 novembro	Primeira auditoria de acompanhamento do segundo triénio das certificações do sistema integrado de gestão Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho
7 dezembro	No âmbito das comemorações dos 10 anos da Metro do Porto, a STCP recebeu a visita do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que reuniu com as Organizações Representativas dos Trabalhadores
14 dezembro	Festa de homenagem aos colaboradores da STCP com 25 Anos de serviço e 1ª Festa de Natal conjunta da STCP e Metro do Porto
17 dezembro	Lançamento dos novos sites stcp.pt e itinerarium.net
19 dezembro	O Despacho normativo nº 24-B/2012 suspende a descontinuação das assinaturas monomodais da STCP nas modalidades "Rede Geral"

1.2.2 Evolução da Atividade

Evolução dos Principais Indicadores	2009	2010	2011	2012	var. 12/11	
					abs.	%
Efetivo do Grupo STCP a 31 de dezembro						
Efetivo Total [1]	1.512	1.520	1.337	1.262	-75	-5,6%
Pessoal Tripulante [2]	999	1.004	903	886	-17	-1,9%
Pessoal Tripulante (%)	66%	66%	68%	70%	3 pp	3,9%
[1] Não inclui Órgãos Sociais nem trabalhadores requisitados.						
[2] Motoristas e Guarda-Freios.						
Rede STCP, SA						
Concelhos Servidos	6	6	6	6	0	0,0%
Extensão da Rede (km)	542	546	522	485	-37	-7,2%
Paragens	2.707	2.720	2.651	2.458	-193	-7,3%
Linhas em Exploração	83	85	81	73	-8	-9,9%
Autocarro	80	82	78	70	-8	-10%
Carros Elétrico	3	3	3	3	0	0,0%
Frota de Serviço Público	480	494	473	481	8	1,7%
Autocarros	472	489	468	475	7	1,5%
Carros Elétricos	8	5	5	6	1	20%
Procura e Receita STCP, SA						
Passageiros (10^3)	108.243	109.220	108.389	93.761	-14.628	-13,5%
Passageiros Intermodais (%)	32%	37%	41%	50%	9 pp	21%
Passageiros.km (10^3)	410.404	388.666	384.609	348.413	-36.196	-9,4%
Receita de Serviço Público (10^3€) [3]	47.542	49.166	50.617	49.892	-725	-1,4%
[3] Sem IVA. Inclui compensação tarifária andante						
Oferta STCP,SA						
Veículos.km (10^3)	28.877	29.848	28.663	25.731	-2.932	-10,2%
Velocidade Média Comercial Autocarros (km/h)	16,2	16,1	15,9	15,8	-0,1	-0,9%
Lugares.km (10^3)	2.517.243	2.607.242	2.538.869	2.305.768	-233.101	-9,2%
Taxa de ocupação (%)	16,3%	14,9%	15,1%	15,1%	0 pp	-0,3%
STCP, Serviços						
Volume de Negócios (10^3 €)	477	457	416	95	-321	-77%

STCP, S.A.

Procura

Em 2012, com a denúncia dos acordos de exploração com dois operadores privados no segundo semestre do ano, a rede da STCP diminuiu em oito linhas, sendo a evolução da procura total e líquida deste efeito a seguinte:

(valores 10 ³)	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Total Passageiros	108.243	109.220	108.389	93.761	-14.628	-13%
Passageiros das linhas cessadas a 30/jun/2012	6.691	6.865	6.595	3.145	-3.450	-52%
Passageiros sem linhas cessadas a 30/jun/2012	101.553	102.355	101.794	90.616	-11.178	-11%

A procura registou assim uma diminuição de 13% face a 2011 (menos 14,6 milhões de passageiros), retirando o efeito das linhas que deixaram de fazer parte da rede no segundo semestre, a variação negativa desce para 11% (menos 11,2 milhões de passageiros).

Esta quebra da procura em 2012, -11% face a 2011, poderá ser explicada por quatro causas principais: a redução da oferta de produção interna de 7%, o aumento das tarifas, a situação económica desfavorável registada na Área Metropolitana do Porto e a fraude:

- No âmbito do Plano Estratégico dos Transportes, a racionalização da oferta, iniciada no segundo semestre de 2011 foi prosseguida em 2012, ajustando horários e frequências, para rentabilização dos recursos disponíveis.
- Em fevereiro verificou-se um aumento médio do tarifário de 5% e fixaram-se as taxas de descontos de assinaturas sociais em 25%.
- Em 2012, o agravamento do desemprego na área servida terá levado à diminuição da necessidade das deslocações dos cidadãos.
- O eventual aumento da fraude poderá também ter contribuído para a redução de procura.

Tarifário

Em fevereiro de 2012, de acordo com Despacho Normativo nº1/2012, as tarifas normais monomodais e intermodais na STCP tiveram uma percentagem máxima de aumento médio de 5%, e foram uniformizados os descontos dos títulos sociais monomodais e intermodais (3ª idade, reformado, pensionista, estudante, menor de 13 anos) para 25%.

Ainda no mesmo diploma foi criado um novo escalão no Passe Social+ com bonificação de 50% para classes economicamente mais desfavorecidas. Também em fevereiro as assinaturas sociais intermodais sofreram alterações: a assinatura 4_18@escola.tp passou a ter um desconto de 25% e foi criado um novo escalão de 50% para beneficiários do escalão A do apoio social escolar. A partir de setembro o desconto de 25% passou a ser

atribuído apenas aos beneficiários do escalão B do apoio social escolar, passando os beneficiários do escalão A do apoio social a ter um desconto de 60%; a assinatura sub23@superior.tp passou em fevereiro a ter um desconto de 25% e a partir de setembro foi criado um novo escalão de 60% para os estudantes beneficiários da ação social no ensino superior.

Neste contexto de profundas alterações de tarifário, aumento do tarifário e redução/aumento dos descontos, o aumento médio para o tarifário monomodal da STCP foi de 9,4% no ano de 2012, sendo o aumento médio ponderado pelo número de passageiros dos tarifários monomodal e intermodal de 22%.

Nos termos do ponto 4 do Despacho Normativo nº 24-B/2012, foi decidida a manutenção das assinaturas monomodais STCP nas modalidades Rede Geral. Manteve-se a venda a bordo nos autocarros da STCP do título de agente único, válido para a viagem em causa, e do título intermodal TOUR 1 (válido em toda a rede Andante pelo período de 24 horas).

Receita do Serviço de Transporte

A receita total e líquida teve a seguinte evolução:

(valores 10 ³ euros líquidos de IVA) [1]	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Total Receita	47.542	49.166	50.617	49.892	-725	-1,4%
Receita das linhas cessadas a 30/jun/2012	3.381	3.398	3.354	1.741	-1.612	-48%
Receita sem linhas cessadas a 30/jun/2012	44.161	45.768	47.264	48.151	887	1,9%

[1] inclui compensação tarifária andante

Verificou-se assim, em 2012 uma receita de 49,9 M€, uma diminuição de 1,4% face a 2011 (menos 725 mil euros) e, retirando o efeito das linhas que deixaram de fazer parte da rede no segundo semestre, a variação passa a ser positiva de 1,9% (mais 887 mil euros).

Oferta

Em 2012, com a denúncia dos acordos com dois operadores privados no segundo semestre do ano, a rede da STCP diminuiu em oito linhas (Linhas ETG 10, 55, 68, 69, 70, 1 e 22 a Pacense 64).

Apresenta-se a evolução dos Veículos.km total e líquida deste efeito:

(valores 10 ³)	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Total Veículos.km	28.877	29.848	28.663	25.731	-2.932	-10,2%
Veículos.km das linhas cessadas a 30/jun/2012	1.872	1.870	1.862	932	-931	-50,0%
Veículos.km sem linhas cessadas a 30/jun/2012	27.005	27.978	26.800	24.799	-2.001	-7,5%

Conforme se pode verificar no quadro acima, os veículos.km no total em 2012 registaram uma diminuição de 10% (menos 2,9 milhões de quilómetros) face a 2011. Retirando o efeito das linhas que deixaram de fazer parte da rede no segundo semestre, a variação negativa desce para 7,5% (menos 2 milhões de quilómetros).

A STCP, fruto das reestruturações da oferta que tem efetuado, atingiu em 2012 os 25,7 milhões de veículos.km percorridos (produção interna mais produção externa), objetivo fixado no Plano Estratégico dos Transportes, a partir dos 29,8 milhões de veículos.km percorridos em 2010.

A taxa de ocupação global (Passageiros.km / Lugares.km) foi de 15,11%, sensivelmente igual à registada em 2011 compensando a redução dos passageiros transportados, com o aumento do percurso médio por passageiro e a redução registada nos quilómetros oferecidos.

No final de 2012 a frota total da STCP era de 481 veículos – 475 autocarros e 6 carros elétricos históricos. A idade média da frota é, respetivamente, de 10 e 75 anos. É de destacar que 24% da frota já está enquadrada nas normas EURO V e EEV, as mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia.

Alterações no serviço prestado aos clientes

Na sequência das orientações recebidas no seguimento das propostas do Grupo de Trabalho criado por Despacho nº 13.371/2011, de 22 de setembro, do SEOPTC para a racionalização da oferta dos operadores rodoviários na Área Metropolitana do Porto, a STCP:

- Reduziu, em fevereiro de 2012, as frequências com outro operador.
- Reajustou a oferta da generalidade das linhas por si operadas, garantindo um melhor ajustamento da oferta à procura.
- Rescindiu a 30 de junho os contratos de operação das linhas 10, 55, 68, 69 e 70, 1ETG e 22ETG com a Empresa de Transportes Gondomarense, em Gondomar, e da linha 64 com a Pacense, em Valongo, passando o serviço a ser assegurado pelos respetivos operadores.

No final do ano, ultimavam-se as decisões quanto às linhas 94 e 61, não tendo no entanto, até essa data, sido possível concretizar o restante das orientações, apesar dos esforços da STCP e do empenhamento da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP).

Alterações de linhas, horários e paragens

Mesmo num ambiente de elevada contenção a STCP manteve-se atenta a situações que careciam de ajustamentos e melhorias de oferta, tendo sempre por base a preocupação de conseguir uma melhor afetação de recursos em benefício dos seus clientes:

- Linha ZR com aumento de percurso e a ser operada pela STCP
Dando satisfação à solicitação da população residente na Freguesia de Campanhã, a STCP passou, partir do dia 1 de julho, com a linha ZR (Zona Rio) a operar a

ligação entre a Igreja de Campanhã e o lugar de Pinheiro de Campanhã, pela Rua da Bonjóia.

- Criação da linha 209 e extensão do serviço ao Hospital e Cidade Cooperativa da Prelada, em substituição da linha ZL

A solicitação do Hospital da Prelada, da Câmara Municipal do Porto, da Junta de Freguesia de Ramalde, dos habitantes da Cidade Cooperativa da Prelada e dos utentes do Hospital entrou, a partir do dia 1 de outubro, em exploração a linha 209 Pasteleira-Prelada (via Campo Alegre), em substituição da linha ZL (Zona Lordelo), com um prolongamento de percurso à zona da Prelada e servindo as escolas secundárias e faculdades do Pólo do Campo Alegre.

- Horários de verão e Horários Escolares

No dia 25 de junho entrou em vigor o primeiro grupo de linhas com horários de verão, sendo ainda durante este período reforçada a oferta das linhas de acesso às praias.

Os Horários Escolares 2012/2013 entraram em vigor no dia 10 de setembro.

- Reorganização funcional do interface da Casa da Música

Na sequência de uma reorganização funcional efetuada em consonância com a Câmara Municipal do Porto, a Metro do Porto e a AMTP, a STCP procedeu em junho à alteração das linhas que servem o interface da Casa da Música.

Campanha de Mudança para Andante

As ações empreendidas no sentido da descontinuidade do tarifário monomodal provocaram, apesar deste não ter acontecido, uma significativa mudança de clientes para o tarifário intermodal.

Nova Imagem do Serviço de Carro Elétrico

A continuidade da afirmação do carácter predominantemente turístico do serviço das linhas de Carro Elétrico (CE), a reestruturação do tarifário, o ajustamento de horários e frequências, a apresentação da nova imagem do serviço "*Porto Tram City Tour*" e a inauguração do carro elétrico nº 220, reconstruído integralmente nas oficinas da STCP, originaram um aumento de receita do CE de 26% em 2012. Em sentido contrário os passageiros diminuíram 16%, atingindo os 362 mil.



Novas formas de geração de Receita

Na procura de receitas extraexploração a STCP iniciou a venda de "*naming*" de paragens e destinos de linhas e intensificou o aproveitamento da publicidade no interior dos autocarros e no exterior dos carros elétricos.

Manteve-se o Contrato de Concessão da publicidade no exterior dos autocarros celebrado com a Multimédia Outdoors Portugal, SA (MOP), as instalações da Areosa continuaram alugadas como Parque de Estacionamento ao Hospital S. João e as instalações de S. Roque alugadas ocasionalmente.

Em março de 2012 a STCP Serviços cessou a atividade comercial, tendo na sequência sido celebrado um contrato com a CARRISTUR para a prestação de serviços diversos.

1.2.3 Identificação dos Principais Riscos do Grupo

Principais riscos identificados:

- Inexistência de contratualização de Serviço Público
- Aumento do regime concorrencial
- Inexistência de solução para o reequilíbrio económico-financeiro
- Instabilidade dos mercados financeiros
 - Agravamento dos custos do endividamento
 - Redução da liquidez disponível
- Instabilidade dos mercados petrolíferos

1.2.4 Perspetivas 2013

Para 2013, perspectiva-se a melhoria dos resultados operacionais e do EBITDA, através de:

- Eliminação de redundâncias nos serviços e aproveitamento de sinergias pela fusão da STCP com a Metro do Porto, S.A..
- Redução dos custos com pessoal pela adequação do quadro de pessoal às necessidades de uma empresa eficiente e da atualização dos Acordos de Empresa concordantes com a situação da mesma e do país.
- Ajustamento da oferta pela descontinuação dos serviços para os quais existam alternativas de transporte mais eficiente.
- Obtenção de receitas extraexploração através da geração de receitas fora da atividade central da empresa e alienação de ativos não afetos à exploração.

Em 2013 será lançado o concurso de subconcessão da operação da STCP. A abertura à iniciativa privada será definida através do modelo de concessão da atividade de operação e exploração do serviço de transporte público e tem por objetivo introduzir no sector uma maior focagem da gestão empresarial, na contenção de custos e na atração de novos clientes.

1.3 Modelo de Governo

Sendo o Estado Português o acionista único da STCP, as funções de tutela financeira e setorial encontram-se atribuídas ao Ministério das Finanças e ao Ministério da Economia e do Emprego, cabendo a função acionista do Estado Português à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - SROC.

1.3.1 Identificação dos Órgãos Sociais da STCP, S.A.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da STCP:

- Vogal Executivo: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira
- Vogal Executivo: Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da STCP:

- Presidente Não Executivo: Mestre João Velez Carvalho
- Vogal Não Executivo: Dr. António José Lopes

Dois dos quatro membros do Conselho de Administração da empresa têm funções executivas e os dois restantes, funções não executivas e nenhum auferir qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

Mandato 2012/2014

Cargo	Conselho de Administração	Eleição	Mandato
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10-08-2012	3 anos
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29-06-2012	3 anos
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	29-06-2012	3 anos
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10-08-2012	3 anos

Três elementos do Conselho de Administração, nomeados para o triénio 2009-2011 mantiveram-se em funções até ao dia 29 de junho de 2012, tendo a renúncia ao cargo produzido efeitos naquela data. Os restantes dois elementos já haviam renunciado aos cargos, produzindo a renúncia efeitos, respetivamente em 23 de março e 30 de abril de 2012.

Os restantes Órgãos Sociais mantiveram-se em funções.

Mandato 2009/2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira	06-04-2009	3 anos
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06-04-2009	3 anos
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06-04-2009	3 anos
Conselho de Administração			
Presidente	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	06-04-2009	3 anos
Vogal	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	06-04-2009	3 anos
Vogal	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	06-04-2009	3 anos
Vogal	António Paulo da Costa Moreira de Sá	06-04-2009	3 anos
Vogal	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	06-04-2009	3 anos
Conselho Fiscal			
Presidente	Pedro Romano Martinez	06-04-2009	3 anos
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06-04-2009	3 anos
Vogal Efetivo	Maria Manuela Marques Lima	06-04-2009	3 anos
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06-04-2009	3 anos
Revisor Oficial de Contas			
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	09-09-2009	3 anos
	Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177		

A Comissão de Fixação de Remunerações é composta por Sara Alexandra Duarte Ambrósio, da DGTF, que preside, e pelos vogais, Rita Maria Pereira da Silva, da Inspeção Geral de Finanças (IGF) e Cristina Freire, da DGTF.

1.3.2 Atribuições de cada membro do Conselho de Administração

Presidente Não Executivo – Mestre João Velez Carvalho

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelas decisões estratégicas relativas a Recursos Humanos.

Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Departamento de Marketing, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Gabinete de Informática e Comunicações, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Projetos e Estratégia.

Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

Vogal Executivo – Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Departamento de Desenvolvimento Organizacional, Gabinete de Segurança e Ambiente, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu.

Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A.

Vogal Não Executivo – Dr. António José Lopes

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelo acompanhamento do Controlo de Gestão Planeamento e decisões de carácter estratégico. Representante para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

1.3.3 Remunerações dos Órgãos Sociais

Estatuto Remuneratório

Mandato 2012/2014

Conselho de Administração

Deliberação Social Unânime Por Escrito de 29 de junho de 2012:

Fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março, em:

Vogais Executivos: Valor ilíquido: 3.662,56 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.465,02 €.

A estes valores ilíquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea c) da Lei nº 55-A/2010, pelo que os valores serão:

Vogais Executivos: Valor líquido: 3.131,49 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.252,60 €.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei do OE/2012, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Deliberação Social Unânime Por Escrito de 10 de agosto de 2012:

Fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março, em:

Presidente não executivo: Valor ilíquido de 1.144,55 €.

Vogal Não executivo: Valor ilíquido de 915,64 €.

Porém, os membros agora eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores ilíquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea q) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Sociedade.
- b) Automóvel: decorre do disposto, nomeadamente no artigo 33º do Estatuto do Gestor Público, DL nº 71/2007, de 27/03, republicado pelo DL nº 8/2012 de 18/01. Nestes termos, foi deliberado no ponto 2 da ata nº 28/2012 de 10 de julho do Conselho de Administração da Sociedade que as viaturas adquiridas no mandato do anterior Conselho de Administração e ainda existentes na empresa são distribuídas para uso de serviço e pessoal, nos seguintes moldes:
 - Ao Senhor Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira é afetada a viatura de marca Lexus, modelo IS duzentos e vinte D BASE dois ponto quatro FDR e matrícula dezassete traço IN traço setenta e sete.
 - Ao Senhor Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio é afetada a viatura de marca Mercedes, modelo C-Class C duzentos e vinte CDI BLUEEFFICIENCY AVANTGARDE e matrícula trinta e três traço IR traço cinquenta e sete.Nos termos do disposto no número três do artigo trinta e três do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Mandato 2009/2011

Fixado pela Ata nº 1 de 29 de junho de 2009 da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP.

Tendo em atenção o determinado pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, foi aplicado a todos os membros do Conselho de Administração o corte de 5% nas remunerações a partir do mês de junho de 2010 inclusive, mantendo-se em 2011 e 2012.

A partir de janeiro de 2011 foi aplicada nova redução, com base na Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro. Em 2012 continuou a ser aplicada a redução remuneratória com base no artigo 20º da Lei 64-B/2011.

Por decisão legislativa, a remuneração variável fixada pelo Contrato de Gestão para o mandato 2009-2011, não foi atribuída para nenhum dos anos.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Por deliberação da Assembleia Geral nº 51, de 23 de março de 2012, através da Comissão de Fixação de Remunerações, as remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro e pela Resolução do Conselho de Ministro nº 16/2012 de 14 de fevereiro, com aplicação a partir do mês de abril.

Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere:

- À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, o Conselho de Administração deliberou, através da ata nº 4/2012, ponto 3 de 24 de janeiro, “cancelar de imediato o uso dos cartões de crédito atribuídos a cada administrador, que na STCP sempre foram limitados ao uso exclusivo para cobertura de despesa de serviço, devidamente documentadas”.
- O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal – não aplicável na STCP.

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Senha de Presença no valor de € 615,98 euros (seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos).

Vice-Presidente – Senha de Presença no valor de € 466,56 euros (quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos).

Secretário – Senha de Presença no valor de € 344,14 euros (trezentos e quarenta e quatro euros e catorze cêntimos).

Conselho de Administração

Presidente

Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de € 6.923, 26, paga 14 vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Vogais

Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de € 6.028,52, paga 14 vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Sociedade.
- b) Automóvel: atribuição, para utilização pessoal, de uma viatura de serviço até ao limite de renda de 1.000 euros mensais para o Presidente e de 900 euros para os restantes membros. O limite máximo para os encargos médios mensais com combustível foi fixado pelo Conselho de Administração em 250 euros, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade. Por deliberação do Conselho de Administração, ata nº 2/11 de 12 de janeiro ponto 4.3, foi reduzido, para os administradores, o gasto médio mensal com combustível em 15%, desde o início de 2011.
- c) Telemóvel: utilização de telemóvel de serviço, cujo limite máximo para os encargos médios mensais foi fixado pelo Conselho de Administração em 150 euros, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade. Por deliberação do Conselho de Administração, ata nº 2/11 de 12 de janeiro ponto 4.3, foi reduzido, para os administradores, o gasto médio mensal com telemóveis em 15%, desde o início de 2011.

Conselho Fiscal

Presidente:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Vogais:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração ilíquida fixada foi aplicada desde 21 de abril de 2008, tendo sido considerada como base de incidência até 6 de abril de 2009, a remuneração de € 5.675,94 euros.

Com efeitos a janeiro de 2011 e em vigor durante o ano de 2012, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal sofreu uma redução devido ao vencimento dos seus elementos estar indexada ao vencimento da Presidente do Conselho de Administração.

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação unânime por escrito tomada pelo acionista Estado em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

Em 2011 foi aplicada a redução remuneratória com base no artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011), mantendo-se em 2012 a sua aplicação de acordo com o artigo 20º da Lei 64-B/2011.

Remunerações e outras regalias

Mesa da Assembleia-Geral

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral Mandato I	2012		
	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
	Rui Carvalho Araújo Moreira	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	Carlos Maria Pinheiro Torres
Senhas de Presença	0	467	334

Conselho Administração

Unid: €

MANDATO II (2012/2014)	Presidente do Conselho de Administração Não Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal não Executivo
	João Velez Carvalho	André Costa Figueiredo Silva Sequeira	Alfredo César Vasconcellos Navio	António Jose Lopes
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	0	26.582	26.582	0
OPRLO				
Entidade de Origem (identificar)				
Entidade pagadora (origem/Destino)				
1.1.Remuneração Anual	0	25.380	25.380	0
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0	8.883	8.883	0
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	0	1.399	1.399	0
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	0	3.109	3.109	0
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0	3.173	3.173	0
1.7.Reduções de anos anteriores		0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	0	26.582	26.582	0
2. Remuneração variável	0	0	0	0
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0
4.Outras	0	0	0	0
Subsídio de deslocação	0	0	0	0
Subsídio de refeição	0	1.025	1.025	0
Encargos com benefícios sociais				
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	0	5.799	1.938	0
Seguros de saúde	0	0	0	0
Seguros de vida	0	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	204	117	117	176
Outros (indicar)		0	0	0
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Não	Não	Sim
Entidade (identificar)	Metro do Porto, SA			Metro do Porto, SA
Remuneração Anual				
Parque Automóvel				
Modalidade de Utilização		ALD	ALD	
Valor de referência da viatura nova				
Ano Início		2009	2010	
Ano Termo		2013	2014	
N.º prestações (se aplicável)		48	48	
Valor Residual				
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço		5.227	5.476	
Combustível gasto com a viatura [1]		792	1.924	
Plafond anual Combustível atribuído		1.879	1.879	
Outros (Reparções / Seguro)		464	363	
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)		Sim	Sim	
Outras regalias e compensações				
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis [2]		127,50	127,50	
Gastos anuais com comunicações móveis		260	584	
Outras (indicar)				
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)		não	não	
Gastos c/ deslocações				
Custo total anual c/ viagens			12	
Custos anuais com Alojamento			70	
Ajudas de custo				
Outras (indicar)				

[1] - Foi debitado o valor do excesso do consumo do combustível ao Vogal Alfredo César Vasconcellos Navio.

[2] - O plafond atribuído em comunicações móveis mantém-se igual ao estipulado para o mandato de 2009-2011.

MANDATO I (2009/2011)	Presidente do Conselho de Administração	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa [1]	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	António Paulo da Costa Moreira de Sá	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	44.910	27.006	21.641	36.587	36.188
OPRLO					
Entidade de Origem (identificar)					
Entidade pagadora (origem/Destino)					
1.1.Remuneração Anual	45.341	29.678	24.410	38.391	38.391
1.2.Despesas de Representação (Anual)	5.494	1.465	0	4.395	4.395
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0	0
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	1.800	1.045	751	1.506	1.506
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	4.000	2.321	1.668	3.347	3.347
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	10.836	7.930	7.732	9.318	9.318
1.7.Reduções de anos anteriores	0	0	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	34.199	19.847	14.260	28.615	28.615
2. Remuneração variável	0	0	0	0	0
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0	0
4.Outras (férias pagas por cessação de contrato)	10.711	7.159	7.380	7.971	7.573
Subsídio de deslocação	0	0	0	0	0
Subsídio de refeição	6.974	6.553	5.719	4.905	6.965
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	6.970	2.118	3.604	6.044	6.071
Seguros de saúde	0	0	0	0	0
Seguros de vida	0	0	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	68	41	19	58	58
Outros (indicar)	0	0	0	0	0
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					
Parque Automóvel					
Modalidade de Utilização	ALD	ALD	Aquisição	Aquisição	ALD
Valor de referência da viatura nova					
Ano Início	2009	2009	2007	2007	2010
Ano Termo	2013	2013			2014
N.º prestações (se aplicável)	48	48			48
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	6.126	3.485			5.476
Combustível gasto com a viatura [2]	1.206	1.080	624	1.405	1.482
Plafond anual Combustível atribuído	1.812	951	638	1.577	1.577
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	346	846	527	2.002	510
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Outras regalias e compensações					
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis [3]	127,50	127,50	127,50	127,50	127,50
Gastos anuais com comunicações móveis	217	188	129	298	418
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	não	não	não	não	não
Gastos c/ deslocações					
Custo total anual c/ viagens					
Custos anuais com Alojamento					
Ajudas de custo					
Outras (indicar)					40

[1] - Foi debitado ao Vogal Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa o montante de 715,92 euros, que por lapso, não foi aplicada a redução remuneratória à percentagem de férias e férias pagas, previsto no artº 19º Lei 55-A/2010 (OE 2011), que continua em vigor em 2012

[2] - Foi debitado o valor do excesso do consumo do combustível aos Vogais: Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa; Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras.

[3] - O plafond atribuído em comunicações móveis refere-se ao estipulado para o mandato de 2009-2011.

Conselho Fiscal

Unid: €

Conselho Fiscal**	2011			2012		
	Presidente	Vogal Efetivo	Vogal Efetivo	Presidente	Vogal Efetivo	Vogal Efetivo
	Pedro Romano Martinez	Ana Alexandra Filipe Freitas	Maria Manuela Marques Lima	Pedro Romano Martinez	Ana Alexandra Filipe Freitas	Maria Manuela Marques Lima
Remuneração anual fixa	19.385	14.539	14.539	15.696	11.772	11.772
Redução remuneratória*	2.811	2.108	2.108	2.275	1.122	1.122
Remuneração anual efetiva	16.574	12.431	12.431	13.421	10.650	10.650

* Decorrente da Lei 55-A/2010 e da Lei 64-B/2011, respetivamente para o ano de 2011 e 2012

** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal está indexada à da Presidente do Conselho de Administração

Revisor Oficial de Contas

Unid: €

ROC	2011	2012
António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Carlos Santos, ROC nº 177		
Remuneração anual auferida	15.600	15.600
Redução remuneratória*	1.384	1.384
Remuneração anual efetiva	14.216	14.216

* Decorrente da Lei 55-A/2010 e da Lei 64-B/2011, respetivamente para o ano de 2011 e 2012

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, em 2011 e 2012, o valor de € 4.189, após aplicação da Lei 55-A/2010 e da Lei 64-B/2011 respetivamente, por não existir órgão de fiscalização nem ROC nas demais empresas do Grupo além da STCP, S.A..

1.4 Análise Económica e Financeira

1.4.1 Resultados Operacionais

Resultados Operacionais Consolidados (10 ³ €)	2009	2010	2011	2012	var. 12-11 abs.	%
Rédito das vendas e dos serviços prestados	48.163	49.803	51.198	50.167	-1.031	-2,0%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	22.804	22.133	21.457	13.695	-7.762	-36%
Rendimentos Operacionais	70.967	71.936	72.655	63.862	-8.793	-12%
Materiais e serviços consumidos + inventários consumidos e vendidos	33.496	34.076	34.152	32.270	-1.883	-5,5%
Gastos com o pessoal	41.090	40.536	37.409	31.051	-6.359	-17%
Gastos de depreciação e de amortização, provisões e imparidades	8.988	5.663	5.565	9.633	4.069	73%
Outros gastos e perdas operacionais	1.269	1.313	766	1.548	781	102%
Gastos Operacionais	84.843	81.589	77.892	74.501	-3.391	-4,4%
Resultados Operacionais	-13.876	-9.653	-5.238	-10.640	-5.402	-103%

Os resultados operacionais foram negativos em -10,6 milhões de euros em 2012. O agravamento dos resultados operacionais em -5,4 milhões de euros, explica-se pela diminuição de 8,8 milhões de rendimentos operacionais, dos quais 8,1 milhões de euros referem-se à diminuição das indemnizações compensatórias, e pela diminuição em 3,4 milhões de euros de gastos operacionais.

Em 05 de Abril de 2013, foi proferido o Acórdão nº187/2013 do Tribunal Constitucional que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro.

Essa decisão determina o pagamento pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês, esperando-se um impacto nos Gastos com Pessoal de 2013 no montante de 1.687 milhares de euros.

1.4.2 Resultados Financeiros e Resultados Líquidos

Resultados Financeiros e Líquidos Consolidados (10 ³ €)	2009	2010	2011	2012	var. 12-11 abs. %	
Resultados Operacionais	-13.876	-9.653	-5.238	-10.640	-5.402	-103%
Rendimentos Financeiros	3.006	265	638	270	-368	-58%
Gastos Financeiros	13.274	28.467	48.835	63.568	14.734	30%
Resultados Financeiros	-10.268	-28.202	-48.196	-63.298	-15.102	-31%
Resultados Líquidos	-24.171	-37.896	-53.470	-74.025	-20.555	-38%
Variação Justo Valor SWAP	922	-20.065	-34.031	-42.269	-8.238	-24%
Resultados Financeiros sem Variação Justo Valor SWAP	-11.190	-8.137	-14.165	-21.029	-6.864	-48%
Resultados Líquidos sem Variação Justo Valor SWAP	-25.093	-17.831	-19.439	-31.756	-12.317	-63%

Os resultados financeiros negativos de 2012 registaram um agravamento de 31% face ao ano anterior, correspondendo a um resultado de -63,3 milhões de euros. Este foi o fator determinante para os resultados líquidos negativos do exercício de 74 milhões de euros, justificando 86% destes resultados.

Dos resultados financeiros destaca-se a variação global negativa do justo valor de 42,3 milhões de euros, das duas operações financeiras para cobertura de risco de taxa de juro.

Os gastos financeiro em juros e encargos aumentaram 44%, +6,5 milhões de euros, essencialmente devido ao elevado custo de financiamento de curto prazo.

1.4.3 Evolução Patrimonial

Estrutura da Demonstração Financeira Consolidada (10 ³ €)	2009	2010	2011	2012	var. 12-11 abs. %	
Ativo não corrente	93.866	100.423	94.889	86.156	-8.733	-9%
Ativo corrente	14.584	11.863	14.083	7.303	-6.780	-48%
Total do ativo	108.450	112.286	108.972	93.459	-15.512	-14%
Capital próprio	-240.181	-278.077	-331.547	-408.727	-77.180	-23%
Passivo não corrente	315.526	283.003	317.399	358.199	40.800	13%
Passivo corrente	33.104	107.359	123.120	143.988	20.868	17%
Total do passivo	348.631	390.362	440.519	502.187	61.668	14%
Total do capital próprio e do passivo	108.450	112.286	108.972	93.459	-15.512	-14%

Em 2012, o ativo reduziu 15,5 milhões de euros (-14%) face a 2011. A diminuição do ativo não corrente, em 8,7 milhões de euros, resulta de amortizações e perdas de imparidade dos ativos fixos e propriedades de investimento. A diminuição do ativo corrente, em 6,8 milhões de euros, decorre da redução das dívidas de clientes, outras contas a receber e caixa.

Em 2012 o capital próprio foi negativo, no valor de 408,7 milhões de euros, registando um agravamento de 23% face a 2011.

O Passivo aumentou em 61,7 milhões de euros (+14%) em comparação com 2011.

O aumento do endividamento remunerado foi de 17,7 milhões de euros (5%) em linha com o estabelecido no Despacho da SETF nº 510/2010 de 1 de junho.

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo a Segurança Social.

Porto, 24 de abril de 2013

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

2 Anexo ao Relatório de Gestão

Acionistas em 31 de dezembro de 2012

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

Acionista	Número de Ações	% do Capital Social
Estado Português	15.929.800	100%

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

3 Demonstrações Financeiras Consolidadas

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	2012	2011
Ativo não corrente		86.156.021,65	94.888.734,97
Ativos fixos tangíveis	6	81.076.423,95	89.702.522,43
Propriedades de investimento	7	3.580.864,86	4.526.138,86
Outros ativos fixos intangíveis	9	1.336.759,78	497.949,34
Participações financeiras pelo método da equivalencia patrimonial	4.2	136.973,06	137.124,34
Participações financeiras pelo método do custo	10	25.000,00	25.000,00
Ativo corrente		7.303.400,97	14.083.093,43
Inventários	11	437.454,56	593.336,16
Clientes	17.4.1.5	1.934.495,98	4.884.483,44
Outras contas a receber	12	3.937.626,23	6.597.259,95
Impostos sobre o rendimento a receber	13	493.495,70	511.088,50
Caixa e seus equivalentes	14	500.328,50	1.496.925,38
Total do ativo		93.459.422,62	108.971.828,40
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Notas	2012	2011
Capital próprio			
Capital nominal	23.1	79.649.000,00	79.649.000,00
Reservas não distribuíveis		75.378,27	75.378,27
Reservas distribuíveis		306.305,58	306.305,58
Excedentes de valorização de ativos fixo	23.2	40.748.642,03	44.633.102,87
Ajustamentos ao valor de ativos financeiros		128.543,72	128.543,72
Resultados acumulados		-455.609.745,75	-402.869.187,20
Resultado líquido do período		-74.025.264,53	-53.470.205,94
Total do capital próprio		-408.727.140,68	-331.547.062,70
Passivo			
Passivo não corrente		358.198.806,90	317.398.868,05
Provisões	20	6.869.541,69	3.983.602,55
Outros instrumentos financeiros	16.2	332.456.836,24	290.150.044,22
Responsabilidades por benefícios de reforma	18	986.916,00	822.229,00
Passivos por locação financeira	15.1	17.885.512,97	22.442.992,28
Passivo corrente		143.987.756,40	123.120.023,05
Fornecedores	21	4.300.427,06	4.554.804,92
Empréstimos e descobertos bancários	16.1	127.480.347,28	105.225.954,61
Outros instrumentos financeiros	16.2	1.461.549,80	1.383.702,21
Outras contas a pagar	22	6.429.288,56	7.801.395,71
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	13	5.642,84	
Passivos por locação financeira	15.1	4.310.500,86	4.154.165,60
Total do passivo		502.186.563,30	440.518.891,10
Total do capital próprio e do passivo		93.459.422,62	108.971.828,40

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZA

Dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2012	2011
RENDIMENTOS E GANHOS			
Rédito das vendas e dos serviços prestados	24	50.166.640,33	51.197.741,87
Outros rendimentos e ganhos operacionais	25	13.631.722,66	21.417.886,75
Variação nos inventários de produtos acabados e em curso	11	-443,01	-291,30
Trabalhos para a própria entidade capitalizados		63.763,23	39.418,10
Outros rendimentos e ganhos financeiros	26	269.909,84	638.184,67
Total de Rendimentos e Ganhos		64.131.593,05	73.292.940,09
GASTOS E PERDAS			
Inventários consumidos e vendidos	11	1.259.898,26	1.545.248,84
Materiais e serviços consumidos	27	31.009.640,50	32.607.112,22
Gastos com o pessoal	29	31.050.630,25	37.409.212,37
Gastos de depreciação e de amortização	6,9	5.532.302,54	6.174.723,34
Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e suas reversões	6	569.006,42	
Aumentos / diminuições de ajustamentos de inventários	11,19	632.639,79	5.975,69
Aumentos / diminuições de provisões	20	2.885.939,14	-616.160,47
Outros gastos e perdas operacionais	28	1.547.493,80	761.055,64
Aumentos / diminuições de ajustamentos de dívidas a receber	19	13.493,00	
Prejuízos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2	151,28	5.237,20
Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros	30	42.578.392,38	34.359.659,54
Juros e outros gastos e perdas financeiros	30	20.989.939,70	14.474.885,68
Total de Gastos e Perdas		138.069.527,06	126.726.950,05
Resultado antes de impostos		-73.937.934,01	-53.434.009,96
Imposto sobre o rendimento	13	87.330,52	36.195,98
Resultado antes da consideração dos interesses minoritários		-74.025.264,53	-53.470.205,94
Resultado afecto aos Interesses minoritários			
Resultado líquido do período		-74.025.264,53	-53.470.205,94
Resultado por ação	34	-4,65	-3,36

O Técnico Oficial de Contas .n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2012	2011
Resultado líquido do período		-74.025.264,53	-53.470.205,94
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis	6	-3.154.813,45	
Outros			
Total do rendimento integral do período		-77.180.077,98	-53.470.205,94
Atribuível a :			
Acionista da empresa mãe		-77.180.077,98	-53.470.205,94
Interesses minoritários			
		-77.180.077,98	-53.470.205,94

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais-Método direto			
Recebimentos de clientes		57.887.929,34	53.552.253,13
Pagamentos a fornecedores		-37.370.583,01	-38.401.122,74
Pagamentos ao pessoal		-25.696.653,11	-33.218.446,41
Fluxo gerado pelas operações		-5.179.306,78	-18.067.316,02
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-13.819,64	54.481,90
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		9.334.527,20	15.405.509,40
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4.141.400,78	-2.607.324,72
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-1.159.283,08	-747.605,74
Ativos intangíveis		-68.237,57	-102.123,91
Outros ativos		-377.337,00	-14.731,84
		-1.604.857,65	-864.461,49
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		354.901,21	7.366.810,31
Outros ativos		938,80	
Subsídios de investimento		3.560,60	
Juros e rendimentos similares		265.618,07	247.562,42
		625.018,68	7.614.372,73
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-979.838,97	6.749.911,24
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		218.480.342,83	153.516.000,00
		218.480.342,83	153.516.000,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-170.536.342,83	-152.316.000,00
Juros e gastos similares		-21.224.663,71	-13.841.005,49
Outras operações de financiamento		-5.401.280,63	-4.645.571,56
		-197.162.287,17	-170.802.577,05
Fluxos das atividades de financiamento (3)		21.318.055,66	-17.286.577,05
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		24.479.617,47	-13.143.990,53
Caixa e seus equivalentes no início do período		-31.574.237,61	-18.430.247,08
Caixa e seus equivalentes no final do período	14	-7.094.620,14	-31.574.237,61

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	SUB-TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL
Posição em 01.01.2012	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	44.633.102,87	128.543,72	-402.869.187,20	-53.470.205,94	-331.547.062,70		-331.547.062,70
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos				-3.154.813,45				-3.154.813,45		-3.154.813,45
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-729.647,39		729.647,39				
Transferências						-53.470.205,94	53.470.205,94			
Total dos aumentos / diminuições diretos no capital próprio				-3.884.460,84		-52.740.558,55	53.470.205,94	-3.154.813,45		-3.154.813,45
Resultado líquido do período							-74.025.264,53	-74.025.264,53		-74.025.264,53
Posição em 31.12.2012	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	40.748.642,03	128.543,72	-455.609.745,75	-74.025.264,53	-408.727.140,68		-408.727.140,68

	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	SUB-TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL
Posição em 01.01.2011	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	45.372.144,99	128.543,72	-365.712.523,34	-37.895.705,98	-278.076.856,76		-278.076.856,76
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos										
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-739.042,12		739.042,12				
Transferências						-37.895.705,98	37.895.705,98			
Total dos aumentos / diminuições diretos no capital próprio				-739.042,12		-37.156.663,86	37.895.705,98			
Resultado líquido do período							-53.470.205,94	-53.470.205,94		-53.470.205,94
Posição em 31.12.2011	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	44.633.102,87	128.543,72	-402.869.187,20	-53.470.205,94	-331.547.062,70		-331.547.062,70

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

3.2 Notas Relativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

O Grupo STCP era constituído em 31 de dezembro de 2012 e 2011 pela STCP, S.A. e pela STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo Decreto-Lei 202/94 de 23 de julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. Tem a sua sede na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA assegura o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto e, no regime geral de concorrência, nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

No início do segundo semestre de 2012, foi eleita nova administração, constituída por dois vogais executivos, a que se juntaram mais dois elementos a partir do mês de agosto, não executivos, o presidente e um vogal, que também integram o Conselho de Administração da Metro do Porto. Esta solução encontrada pelo acionista (Estado) procura assegurar que o processo de fusão da STCP e da Metro, prevista no PET (Plano Estratégico dos Transportes) se desenvolva com a maior eficácia e a máxima celeridade, e ainda, que a redução do número de administradores executivos das duas empresas contribua para a contenção e racionalização de custos nas empresas que compõem o Setor Empresarial do Estado. Decorrente destas nomeações houve que proceder à alteração dos estatutos o que veio a ocorrer em 10/08/2012 e 6/09/2012, por deliberação unânime por escrito.

Em 2012, no âmbito da certificação obtida em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, realizou-se a 1ª auditoria de acompanhamento, após a renovação da certificação em 2011, que veio a confirmar um desempenho adequado, atestado pelos níveis de eficácia refletidos nos resultados da revisão efetuada e pelo cumprimento dos objetivos.

Após análise da evolução do negócio na STCP SERVIÇOS, foi concluído não se justificar a manutenção deste ramo de negócios, atendendo ainda ao facto de se encontrar salvaguardada a operação turística do Carro Elétrico, através da solução resultante do enquadramento com o serviço público no âmbito da STCP, S.A.. Assim, a partir de nove de março de 2012, a STCP Serviços cessou a parceria com a Carristur, que desenvolvia na área do turismo, desde junho de 2004.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentes durante os períodos apresentados e são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, referidas na nota 4.

Os registos foram ajustados no processo de consolidação de forma a estarem de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), emitidas pelo International Accounting Standards Committee, e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board, conforme adotadas na União Europeia, em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

2.2. Princípios de consolidação

2.2.1 Empresas subsidiárias

São consideradas empresas subsidiárias as empresas nas quais a STCP detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto, ou detenha o poder de determinar as suas políticas financeiras e operacionais.

Estas participações são consolidadas pelo método de consolidação integral, sendo a parte de terceiros relativa a capital próprio e resultado líquido apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica Interesses Minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.1.

Na contabilização da aquisição de empresas subsidiárias é utilizado o método da compra.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados e demonstração de fluxos de caixa desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

2.2.2 Empresas associadas

São consideradas empresas associadas as empresas onde a STCP tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão, o que acontece quando detêm uma participação entre os 20% e os 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial".

Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganho do exercício na rubrica "Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros".

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como perdas as imparidades que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas encontram-se detalhadas na Nota 4.2.

2.2.3. *Goodwill*

Nas concentrações de atividades empresariais, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica do ativo "*Goodwill*" ou mantidas na rubrica "Participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial", consoante se refiram a empresas subsidiárias ou a empresas associadas.

O *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade do *goodwill* constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica "Ajustamento negativos e menos valias de instrumentos financeiros: perdas por imparidade de *goodwill*". As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

2.3 Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor à data das transações e as vigentes na data dos pagamentos ou recebimentos, ou à data do balanço, são registadas respetivamente como ganhos e perdas financeiros na demonstração de resultados consolidada do exercício.

2.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzidas de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização menos as respetivas amortizações acumuladas subsequentes e eventuais perdas de imparidade acumuladas subsequentes.

O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes à data de 31 de dezembro de 2012 (a avaliação

anterior reportava a 31 de dezembro de 2009) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças positivas decorrentes da revalorização são registadas na rubrica “Excedentes de valorização de ativos fixos”, exceto se existirem perdas anteriores a serem compensadas, e as diferenças negativas são levadas à demonstração de resultados à rubrica “Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis”, exceto se existirem ganhos anteriores suficientes para absorverem as perdas a reconhecer.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de valorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir do início de utilização dos bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo tangível	(anos de vida útil)				
	Até 1988	1989 e 90	1991 a 01	2002 a 11	2012
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	10 a 50	10 a 50
Equipamento básico	5 a 36	8 a 12	8 a 12	3 a 20	3 a 30
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Ferramentas e utensílios	5 a 56	5 a 10	5 a 10	5 a 10	5 a 10
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 16
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como custo no exercício em que ocorrem, exceto se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. Esta exceção ocorre geralmente quando as beneficiações são de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, pelo que são adicionados à quantia escriturada do ativo correspondente e amortizados de acordo com a vida útil estimada.

As imobilizações em curso representam ativos fixos ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são transferidas para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registados na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos operacionais” ou “Outros gastos e perdas operacionais”.

2.5 Propriedades de investimento

Os terrenos e edifícios detidos para obter rendas, ou para valorização do capital e posterior venda a médio e longo prazo são classificados como propriedades de investimento.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra, e subsequentemente é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes à data de 31 de dezembro de 2012 (a avaliação

anterior reportava a 31 de dezembro de 2009) e será anualmente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontra escriturado.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor de propriedades de investimento é reconhecido na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem.

2.6 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e se o Grupo os puder controlar e medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação e desenvolvimento em novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas de desenvolvimento cujos critérios para o reconhecimento de ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada um.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo intangível	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Propriedade industrial e outros direitos	2 e 7
Outros ativos intangíveis	5

2.7 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos não correntes adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros, incluídos no valor das rendas, e a amortização do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.4, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.8 Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

As perdas por ajustamentos acumulados de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido das existências, de acordo com a quantificação dos materiais em excesso, obsoletos, defeituosos e deteriorados.

2.9 Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis, são registados apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento e são reconhecidos como rendimento em quotas constantes durante a vida útil do ativo. São apresentados no balanço em dedução ao valor do ativo e na demonstração dos resultados por dedução ao valor das amortizações.

A Empresa está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das obrigações de serviço público. A Empresa segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas

2.10 Caixa e equivalentes

Os montantes incluídos no balanço na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos e descobertos bancários”, no balanço.

2.11 Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

2.12 Dívidas a pagar

As dívidas de fornecedores e outras contas a pagar que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal.

2.13 Investimentos financeiros

a) Participações financeiras em outras empresas

Encontram-se registadas pelo método do custo, sendo ajustadas para o valor estimado de realização caso existam provas objetivas de que o investimento se encontra com perdas por imparidade.

b) Investimentos detidos até à maturidade:

Encontram-se registados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

2.14 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos e, posteriormente, pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização, sendo adicionados ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o exercício.

2.15 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo dizem respeito a *swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados.

Os *swaps* de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, caso exista algum, e subsequentemente revalorizados ao seu justo valor, sendo registados na rubrica de “Outros Instrumentos financeiros” ou “Outros investimentos financeiros”.

Dado que não se encontram cumpridos os requisitos exigidos pelas IAS 39 para a contabilização de cobertura, os ganhos e perdas, provenientes da alteração do justo valor dos derivados contratados são reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

2.16 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando o Grupo desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a sua implementação e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo plano. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

2.17 Responsabilidades com benefícios de reforma

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou responsabilidades por serviços passados não reconhecidos e reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito. Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados.

O montante da responsabilidade assumida é determinado anualmente, à data de 31 de dezembro, de acordo com o método de Crédito da Unidade Projetada.

2.18 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades, concedidos pelas entidades. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito somente é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a entidade. Contudo, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já reconhecida como rédito, a quantia incobrável deve ser reconhecida como um gasto e não como um ajustamento ao rédito originalmente reconhecido.

O rédito dos juros é reconhecido de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os subsídios, relacionados com rendimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos e são apresentados na rubrica "Outros rendimentos operacionais".

2.19 Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos reconhecidos são registadas na rubrica de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar".

Os gastos e rendimentos, cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação das empresas do Grupo, de acordo com os dados disponíveis para a operação.

2.20 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.21 Ajustamentos e imparidade de ativos

É efetuada uma avaliação da imparidade dos ativos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso.

2.22 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

No entanto, dado que o Grupo não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

2.23 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii)

obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

2.24 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.25 Informação por segmentos

Em cada exercício, são identificados os segmentos relatáveis mais adequados aplicáveis ao Grupo, tendo em consideração as atividades desenvolvidas. A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 24.

2.26 Julgamentos e estimativas

Os julgamentos e estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente existências e contas a receber, e provisões;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- e) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- f) Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nestas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

3. Alterações de políticas contabilísticas, alterações de estimativas e correção de erros fundamentais

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

Em 2012, procedeu-se à revisão da estimativa da vida útil dos carros elétricos, passando a sua vida útil de 16 para 30 anos. O impacto desta alteração nas contas de 2012 não é materialmente relevante.

4. Empresas incluídas na consolidação

4.1 Empresas subsidiárias

Empresas incluídas na consolidação, pelo método integral, em 2012 e 2011:

Designação Social	Sede	% Efetiva	Atividade
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (*)	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.

(*) Até julho de 2007 era designada por STCP CONSULTORIA.

O grupo em 2010 incluía a AUTOLOC – Aluguer de Autocarros, ACE, que em 29 de dezembro de 2011 foi extinta.

4.2 Empresas associadas

As empresas associadas em 2012 e 2011 são:

Designação Social	Sede	% Controlo	% Participação
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,33%	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Lisboa	20%	20%

A 31 de dezembro de 2012 e 2011 as participações financeiras em empresas associadas estavam valorizadas da seguinte forma:

	2012	2011
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	0,00	0,00
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	136.973,06	137.124,34
	136.973,06	137.124,34

Estas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.2. Resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial foi reconhecida uma perda, no exercício de 2012, no montante de 151,28 euros e, no exercício de 2011, uma perda de 5.237,20 euros.

Em 2012 e 2011, o TIP, ACE apresenta capitais próprios negativos pelo que o valor da participada no balanço é nulo. Foi também registada uma provisão na proporção dos capitais próprios negativos da TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE, à data de 31 de dezembro de 2012, no montante de 1.794.043 euros, atendendo aos compromissos assumidos pelo Grupo para com a associada (nota 20).

O valor dos ativos, dos capitais próprios, dos rendimentos e do resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 das empresas associadas são como segue:

2012				
Empresa associada	Ativo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido
TIP, ACE	9.444.273,00	-5.382.129,00	5.076.105,00	-729.486,00
Transpublicidade,S.A.	1.035.191,49	684.865,29	471.101,42	-755,89

2011				
Empresa associada	Ativo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido
TIP, ACE	12.188.070,00	-4.652.643,00	4.898.921,00	-788.061,00
Transpublicidade,S.A.	1.079.221,83	685.621,18	634.179,53	-47.308,39

5. Alterações no perímetro de consolidação

Em 29 de dezembro de 2011 procedeu-se à extinção do agrupamento AUTOLOC, ACE, pelo que o *Goodwill* reconhecido aquando da sua entrada para o Grupo foi desreconhecido.

Os ativos e passivos do AUTOLOC, ACE à data da liquidação eram apenas constituídos por dívidas a pagar e a receber com o Grupo e IVA a recuperar do Estado.

No exercício de 2012 não ocorreram alterações no perímetro de consolidação.

6. Ativos fixos tangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, no exercício de 2012 e 2011, no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiant. por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.11	36.959.451,90	27.896.489,27	89.724.031,70	2.022.875,34	686.334,01	4.305.226,45	1.306.652,51	1.663.217,65	24.726,00	164.589.004,83
Movimentos de 2011										
Adições			6.016.438,90	25.021,98	21.780,27	5.312,02		687.827,24		6.756.380,41
Abates/Vendas			-7.306.956,43	-192.530,07	-2.335,63	-103.018,34				-7.604.840,47
Regularizações e transferências	165.897,20		286.581,36			25.197,36		-452.478,56		25.197,36
Aumento/diminuição subsídio. ao invest.			-6.568,88			46,79		87.555,60		81.033,51
Saldo a 31.12.11	37.125.349,10	27.896.489,27	88.713.526,65	1.855.367,25	705.778,65	4.232.764,28	1.306.652,51	1.986.121,93	24.726,00	163.846.775,64
Movimentos de 2012										
Revalorizações	-4.615.788,10	3.141.818,49								-1.473.969,61
Adições		379.847,74	686.618,08		2.579,77	19.254,91		64.539,15		1.152.839,65
Abates/Vendas			-2.434.502,92	-303.296,53	-7.329,11	-47.395,69				-2.792.524,25
Regularizações e transferências		343.745,46	-427.399,22	-29,99			512.556,50	-1.616.045,90	-24.726,00	-1.211.899,15
Aumento/diminuição subsídio. ao invest.			46.719,72		-3.134,44	-409,73	-28.933,51	17.674,47		31.916,51
Saldo a 31.12.12	32.509.561,00	31.761.900,96	86.584.962,31	1.552.040,73	697.894,87	4.204.213,77	1.790.275,50	452.289,65		159.553.138,79

As linha das adições e regularizações e transferências de 2012 incluem 63.763,23 euros de trabalhos para a própria entidade e, em 2011 inclui 39.418,10 euros.

Amortizações Acumuladas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Activos tangíveis em curso	Adiant. por conta de ativos tangíveis	Total de activos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.11		8.028.093,22	55.311.502,27	1.725.459,30	627.353,08	3.954.370,59	208.124,53			69.854.902,99
Movimentos de 2011										
Amortizações e reintegrações do exercício		1.185.676,83	4.829.793,59	125.193,25	21.337,58	144.582,48	7.947,78			6.314.531,51
Abates/Vendas			-1.381.956,43	-192.530,07	-2.179,59	-103.018,36				-1.679.684,45
Regularizações e transferências										
Aumento/diminuição subsídio ao invest.		-4.245,24	-336.409,93			-1.131,69	-3.709,98			-345.496,84
Saldo a 31.12.11		9.209.524,81	58.422.929,50	1.658.122,48	646.511,07	3.994.803,02	212.362,33			74.144.253,21
Movimentos de 2012										
Revalorizações		1.588.850,26								1.588.850,26
Amortizações e reintegrações do exercício		1.145.331,02	4.075.781,90	93.397,64	20.985,70	87.459,07	5.879,57			5.428.834,90
Abates/Vendas			-2.194.676,50	-303.296,53	-7.018,95	-45.832,74				-2.550.824,72
Regularizações e transferências		89.900,53	-602.427,04	-29,99			512.556,50			
Aumento/diminuição subsídio ao invest.		-4.245,24	-96.358,95		-837,78	-1.240,85	-31.715,99			-134.398,81
Saldo a 31.12.12		12.029.361,38	59.605.248,91	1.448.193,60	659.640,04	4.035.188,50	699.082,41			78.476.714,84
Valor Líquido:										
a 1 de janeiro de 2011	36.959.451,90	19.868.396,05	34.412.529,43	297.416,04	58.980,93	350.855,86	1.098.527,98	1.663.217,65	24.726,00	94.734.101,84
a 31 de dezembro de 2011	37.125.349,10	18.686.964,46	30.290.597,15	197.244,77	59.267,58	237.961,26	1.094.290,18	1.986.121,93	24.726,00	89.702.522,43
a 31 de dezembro de 2012	32.509.561,00	19.732.539,58	26.979.713,40	103.847,13	38.254,83	169.025,27	1.091.193,09	452.289,65		81.076.423,95

O Grupo solicitou uma avaliação independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à revalorização destes à data de 31 de dezembro de 2012.

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da IAS 16 e os termos de referência indicados pelo Grupo. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2012.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor será calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento -Método de Capitalização Direta e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na IAS16.

O "Justo Valor" pode ser definido como "A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas". O Justo Valor é geralmente o "Valor de Mercado" determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido exceto como parte integrante de um "negócio em continuidade", pode-se atribuir o "Justo Valor" usando uma abordagem pelo "rendimento" ou pelo "Custo de Reposição Depreciado".

Importa realçar que neste processo de avaliação - para os ativos fixos tangíveis e portanto na sua avaliação considerando o seu uso continuado, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

Para os restantes ativos fixos tangíveis, foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado, conforme já referido.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de reavaliação teve por base uma visita realizada ao exterior de alguns dos imóveis e visitas a dois imóveis (Francos e Massarelos) em que houve alteração das premissas; para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis. O relatório foi realizado com base no relatório de avaliação anterior (N-5168 de dezembro de 2009).
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pelo Grupo, os quais tomamos como corretos.
- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.
- Para os imóveis que têm atualmente funções operacionais - os considerados como ativos fixos tangíveis - foi determinado o seu valor em uso continuado.

- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização global de cada imóvel.
- Para o imóvel - pisos de escritórios da Torre das Antas em uso operacional pelo Grupo - foram utilizados os critérios de comparação de mercado e de rendimento, numa perspectiva de continuidade do uso.
- Em determinadas circunstâncias, designadamente quando, devido à natureza especializada do imóvel, este for raramente vendido exceto como parte integrante de um "negócio em continuidade", pode-se atribuir o Justo Valor, usando uma abordagem pelo custo de reposição depreciado.
- Para os restantes imóveis dos ativos fixos tangíveis foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado, conforme já referido.

Decorrente da revalorização dos edifícios e terrenos à data de 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 569.006,42 euros, na rubrica de Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis, e no montante de 4.108.400,09 euros, na rubrica de Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis, por utilização da reserva de revalorização anteriormente constituída.

Foi ainda aumentada a reserva de revalorização para edifícios no montante de 1.614.586,44 euros.

Caso os terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções tivessem sido reconhecidas de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

Rubrica	2012	2011
Terrenos e recursos naturais	4.295.789,81	4.803.177,82
Edifícios e outras construções	7.625.830,90	7.462.544,22
	11.921.620,71	12.265.722,04

Não procedemos à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado que não existem situações que se enquadrem neste âmbito. Desta forma a alínea a) do parágrafo 74 da IAS 16 não é aplicável.

No ano de 2012, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 54.760,40 euros.

Movimento ocorrido, nos exercícios de 2012 e 2011, nos valores dos ativos tangíveis em curso:

	Saldo 01.01.11	Aquisições	TPPE(*)	Transf ^{as} e regularizações	Subsídio ao investimento	Saldo 31.12.11
Edifícios e outras construções	387.733,20	645.144,68		-165.897,20		866.980,68
Equipamento básico	1.275.484,45	3.264,46	39.418,10	-286.581,36	87.555,60	1.119.141,25
	1.663.217,65	648.409,14	39.418,10	-452.478,56	87.555,60	1.986.121,93

	Saldo 01.01.12	Aquisições	TPPE(*)	Transf ^{as} e regularizações	Subsídio ao investimento	Saldo 31.12.12
Edifícios e outras construções	866.980,68	20.858,97	43.680,18	-866.980,68		64.539,15
Equipamento básico	1.119.141,25			-749.065,22	17.674,47	387.750,50
	1.986.121,93	20.858,97	43.680,18	1.616.045,90	17.674,47	452.289,65

Movimento ocorrido, nos exercícios de 2012 e 2011 nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

	Saldo 01.01.11	Transf's e Regularizações	Saldo 31.12.11
Terrenos e recursos naturais	24.726,00		24.726,00
	24.726,00		24.726,00

	Saldo 01.01.12	Transf's e Regularizações	Saldo 31.12.12
Terrenos e recursos naturais	24.726,00	-24.726,00	
	24.726,00	-24.726,00	

7. Propriedades de investimento

O Grupo procedeu, a 31 de dezembro de 2012, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por uma entidade especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida (CPU Consultores de Avaliação, Lda.)

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências do normativo contabilístico internacional e os termos de referência indicados pelo Grupo. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2012.

O valor de mercado a determinar para efeitos de reporte contabilístico, poderá ser equiparado ao definido nas IAS/IFRS como "Justo Valor". No âmbito da avaliação, o Justo Valor será calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento - Método de Capitalização Direta ou Método de "Discounted Cash Flows" e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na IAS40.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho teve por base uma visita realizada ao exterior de alguns dos imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis. O relatório foi realizado com base no relatório de avaliação anterior (N-5168 de dezembro de 2009).
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pelo Grupo, os quais tomamos como corretos.
- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.

A avaliação das propriedades de investimento foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível – correspondendo este valor ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a melhor utilização possível ou,

caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e de rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na IAS 40, como o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas.

Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na IAS 40 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

No exercício de 2011 não se registaram movimentos na rubrica das propriedades de investimento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido na rubrica das propriedades de investimento, foi o seguinte:

Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	Total
Saldo a 01.01.2012	3.269.740,00	1.256.398,86		4.526.138,86
Variação justo valor	-254.540,00	-54.460,00		-309.000,00
Variação justo valor por reversão excedente revalorização transitado de ativos fixos tangíveis	-472.990,00	-188.010,00		-661.000,00
Transferências			24.726,00	24.726,00
Saldo a 31.12.2012	2.542.210,00	1.013.928,86	24.726,00	3.580.864,86

Decorrente da aplicação do justo valor nos edifícios e terrenos à data de 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas por redução do justo valor nas propriedades de investimento de 309.000 euros, na rubrica de Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros (nota 30), e 661.000 euros na rubrica de Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis, por utilização da reserva de revalorização anteriormente constituída, quando estes ativos estavam classificados como ativos fixos tangíveis.

No decurso do exercício de 2012, foram reconhecidos rendimentos e ganhos de 252.517,56 euros (nota 26) e gastos de perdas de 17.552,67 euros (nota 30) relativos a propriedades de investimento. Em 2011, foram reconhecidos rendimentos e ganhos de 283.680,95 euros (nota 26) e gastos de perdas de 19.034,76 euros (nota 30).

O Grupo não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento

8. Goodwill

Em 29 de dezembro de 2011 procedeu-se à extinção do AUTOLOC, ACE pelo que foi desreconhecido o *goodwill*, no montante líquido de 328.171,97 euros, bem como as perdas por imparidade acumuladas, aquando da entrada do agrupamento no perímetro de consolidação.

9. Outros ativos intangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, no exercício de 2012 e 2011, no valor dos outros ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Projectos de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
Saldo a 01.01.2011	88.749,10	4.380.531,20		584.862,30	5.054.142,60
Movimentos de 2011					
Adições		68.584,08		50.763,00	119.347,08
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências		583.377,30		-584.862,30	-1.485,00
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento					
Saldo a 31.12.2011	88.749,10	5.032.492,58		50.763,00	5.172.004,68
Movimentos de 2012					
Adições		15.150,00	1.106.517,00	41.250,00	1.162.917,00
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências				-50.763,00	-50.763,00
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento					
Saldo a 31.12.2012	88.749,10	5.047.642,58	1.106.517,00	41.250,00	6.284.158,68

Amortizações acumuladas	Projetos de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
Saldo a 01.01.2011	86.839,42	4.300.493,74			4.387.333,16
Movimentos de 2011					
Amortizações e reintegrações do exercício	1.909,68	285.116,46			287.026,14
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento		-303,96			-303,96
Saldo a 31.12.2010	88.749,10	4.585.306,24			4.674.055,34
Movimentos de 2012					
Amortizações e reintegrações do exercício		144.553,87	129.093,65		273.647,52
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento		-303,96			-303,96
Saldo a 31.12.2012	88.749,10	4.729.556,15	129.093,65		4.947.398,90
Valor Líquido:					
a 1 de janeiro de 2011	1.909,68	80.037,46		584.862,30	666.809,44
a 31 de dezembro de 2011	0,00	447.186,34		50.763,00	497.949,34
a 31 de dezembro de 2012	0,00	318.086,43	977.423,35	41.250,00	1.336.759,78

Movimento ocorrido no exercício de 2012 e 2011 nos ativos intangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2011	Aquisições	Transf ^{re} e Regularizações	Saldo 31.12.11
Propriedade industrial e outros direitos	584.862,30	50.763,00	-584.862,30	50.763,00
	584.862,30	50.763,00	-584.862,30	50.763,00

	Saldo 01.01.2012	Aquisições	Transf ^{re} e Regularizações	Saldo 31.12.12
Propriedade industrial e outros direitos	50.763,00	41.250,00	-50.763,00	41.250,00
	50.763,00	41.250,00	-50.763,00	41.250,00

Os ativos fixos intangíveis em curso dizem respeito essencialmente à aquisição externa de *softwares* a entidades externas e que ainda se encontram em desenvolvimento.

No ano de 2012, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis no montante de 68.750 euros.

10. Participações financeiras pelo método do custo

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	% Participação	2012	2011
Participações em outras empresas		25.000,00	25.000,00
Metro do Porto, S.A (*).	16,6%	0,00	0,00
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	8,33%	25.000,00	25.000,00

A partir de outubro de 2008 a participação no Metro do Porto passou de 25% para 16,6% pelo que a participada passou a ser valorizada pelo método do custo. O seu valor de aquisição foi de 1.250.000 euros, no entanto, dado que a participada apresentou em 2009 e em exercícios anteriores capitais próprios negativos, o seu valor no balanço é considerado nulo.

11. Inventários

Detalhe da rubrica de inventários, em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.198.301,83	721.100,63
Produto e trabalhos em curso	779,29	1.222,30
	1.199.081,12	722.322,93
Ajustamentos acumulados em inventários (nota 19)	-761.626,56	-128.986,77
	437.454,56	593.336,16

Custo das matérias consumidas nos períodos, em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Existências iniciais	721.100,63	820.466,02
Compras	1.170.818,56	1.388.010,35
Regularização de existências (*)	566.280,90	57.873,10
Existências finais	1.198.301,83	721.100,63
Custo no exercício	1.259.898,26	1.545.248,84
Aumentos /diminuições de ajustamentos de inventários (nota19)	632.639,79	5.975,69

(*) O montante de 528.330,22 euros diz respeito à transferência de materiais, da via e rede e acessórios do carro elétrico, dos ativos tangíveis em curso, por já não serem necessários nas obras, para inventários.

12. Outras contas a receber

Detalhe das outras contas a receber, a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Outras dívidas de terceiros correntes	2.680.198,60	4.117.129,48
Adiantamento a Fornecedores e saldos devedores	936,31	6.045,80
Estado e outros entes públicos	1.125.636,11	3.044.890,38
IVA a recuperar /reembolsos pedidos	1.125.636,11	3.044.890,38
Pessoal	302.157,59	340.733,94
Outros devedores	2.164.811,13	1.635.101,90
Ajustamentos acumulados em dívidas de terceiros	-913.342,54	-909.642,54
Outros activos correntes	1.257.427,63	2.480.130,47
Acréscimo de rendimentos	1.007.736,15	2.340.865,35
Rédito dos serviços prestados	425.430,37	1.255.450,38
Subsídios à exploração	517.291,70	998.318,43
Outros rendimentos operacionais	64.578,23	86.709,54
Outros juros a receber	435,85	387,00
Gastos diferidos	249.691,48	139.265,12
Materiais e serviços consumidos	182.281,92	122.900,07
Outros gastos e perdas operacionais	67.409,56	16.365,05
Outras contas a receber correntes	3.937.626,23	6.597.259,95

13. Imposto sobre o rendimento

O Grupo está sujeito ao regime geral de IRC, mas dada a sua situação deficitária nunca pagou imposto sobre o rendimento. Suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e tem efetuado o pagamento especial por conta a que se encontra obrigado.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros, dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

14. Caixa e seus equivalentes

Detalhe da rubrica Caixa e equivalentes, em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Numerário	81.725,92	90.394,62
Depósitos bancários	418.602,58	1.406.530,76
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	500.328,50	1.496.925,38
Descobertos bancários	-7.594.948,64	-33.071.162,99
Caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa	-7.094.620,14	-31.574.237,61

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas de depósitos à ordem, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos e descobertos bancários.

15. Locação

15.1 Locação Financeira

No exercício de 2012 e 2011, o Grupo pagou rendas de locação financeira no montante 6.265.775,72 euros (inclui 864.495,09 euros de juros) e 5.633.017,63 euros (inclui 987.446,07 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 23.484.510,16 euros e 29.564.750,61 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

Anos	2012			2011		
	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2012				4.123.388,43	821.268,00	4.944.656,43
2013	4.289.582,77	445.448,58	4.735.031,35	4.231.372,70	676.604,44	4.907.977,14
2014	4.393.303,77	336.264,59	4.729.568,36	4.375.798,90	526.715,19	4.902.514,09
2015	4.819.245,92	228.736,88	5.047.982,80	4.835.797,11	376.472,10	5.212.269,21
2016	1.855.769,72	115.022,48	1.970.792,20	1.880.789,15	228.311,62	2.109.100,77
2017	1.883.234,09	87.558,11	1.970.792,20	1.934.209,56	174.891,22	2.109.100,78
Após 2017	4.933.959,47	96.383,78	5.030.343,25	5.185.024,86	194.107,33	5.379.132,19
Total	22.175.095,74	1.309.414,42	23.484.510,16	26.566.380,71	2.998.369,90	29.564.750,61

Valor de aquisição dos bens em regime de locação financeira, reportado a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Descrição	2012			2011		
	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2.460.351,85		2.460.351,85	2.460.351,85		2.460.351,85
Equipamento Básico	34.131.350,78	11.785.206,51	22.346.144,27	34.480.850,78	9.289.922,90	25.190.927,88
Total	36.591.702,63	11.785.206,51	24.806.496,12	36.941.202,63	9.289.922,90	27.651.279,73

15.2 Locação operacional

Nos exercícios de 2012 e 2011 foram reconhecidos custos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 5.871.113,00 euros e 6.006.767,68 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2012	2011
2012		5.777.025,19
2013	4.716.724,09	4.797.761,89
2014	3.103.644,93	3.127.122,44
2015	1.620.131,50	1.632.590,38
Total	9.440.500,52	15.334.499,9

16. Empréstimos e descobertos bancários e outros instrumentos financeiros

16.1 Empréstimos e descobertos bancários

Detalhe dos empréstimos e descobertos bancários em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Ano de 2012	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Descoberto bancário	7.594.948,64	7.594.948,64		7.594.948,64	7.594.948,64	
Conta cauc./Mútuo	111.234.289,49	111.234.289,49		110.827.000,00	110.827.000,00	
Hot money	8.651.109,15	8.651.109,15		8.617.000,00	8.617.000,00	
	127.480.347,28	127.480.347,28	0,00	127.038.948,64	127.038.948,64	0,00

Ano de 2011	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Descoberto bancário	33.298.901,70	33.298.901,70		33.071.162,99	33.071.162,99	
Conta caucionada	71.927.052,91	71.927.052,91		71.500.000,00	71.500.000,00	
	105.225.954,61	105.225.954,61	0,00	104.571.162,99	104.571.162,99	0,00

16.2 Outros instrumentos financeiros

Detalhe dos outros instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Ano de 2012	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	99.999.733,91	35.457,10	99.964.276,81	100.000.000,00		100000000
Obrigacionista 2009	120.988.496,74	1.012.557,29	119.975.939,45	120.000.000,00		120000000
Emp. obrig. não convertíveis	220.988.230,65	1.048.014,39	219.940.216,26	220.000.000,00		220.000.000,00

	Justo valor		
	Total	Corrente	Não Corrente
SWAP- BSP OBR07	101.433.437,41	265.425,69	101.168.011,72
SWAP- BNP OBR07	11.496.717,98	148.109,72	11.348.608,26
Instrumentos derivados	112.930.155,39	413.535,41	112.516.619,98
Outros Instrumentos financeiros	333.918.386,04	1.461.549,80	332.456.836,24

Ano de 2011	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	100.195.126,68	235.198,28	99.959.928,40	100.000.000,00		100000000
Obrigacionista 2009	120.951.689,20	1.008.800,98	119.942.888,22	120.000.000,00		120000000
Emp. obrig. não convertíveis	221.146.815,88	1.243.999,26	219.902.816,62	220.000.000,00		220.000.000,00

	Justo valor		
	Total	Corrente	Não Corrente
SWAP- BSP OBR07	62.230.601,55	93.016,60	62.137.584,95
SWAP- BNP OBR07	8.156.329,00	46.686,35	8.109.642,65
Instrumentos derivados	70.386.930,55	139.702,95	70.247.227,60
Outros Instrumentos financeiros	291.533.746,43	1.383.702,21	290.150.044,22

17. Instrumentos financeiros

17.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Detalhe das categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Ano de 2012				
Ativos Financeiros	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Ativos não correntes	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Ativos correntes	3.989.386,97	0,00	2.383.063,74	6.372.450,71
Clientes	1.934.495,98			1.934.495,98
Outras contas a receber	1.554.562,49		2.383.063,74	3.937.626,23
Caixa e seus equivalentes	500.328,50			500.328,50
	3.989.386,97	25.000,00	2.383.063,74	6.397.450,71

Ano de 2012				
Passivos Financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	219.940.216,26	112.516.619,98	0,00	332.456.836,24
Outros instrumentos financeiros	219.940.216,26	112.516.619,98		332.456.836,24
Passivos correntes	133.505.133,79	413.535,41	5.752.943,50	139.671.612,70
Fornecedores	4.300.427,06			4.300.427,06
Empréstimos e descobertos bancários	127.480.347,28			127.480.347,28
Outras contas a pagar	676.345,06		5.752.943,50	6.429.288,56
Outros instrumentos financeiros	1.048.014,39	413.535,41		1.461.549,80
	353.445.350,05	112.930.155,39	5.752.943,50	472.128.448,94

Ano de 2011				
Ativos Financeiros	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Ativos não correntes	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Ativos correntes	7.453.647,92	0,00	5.525.020,85	12.978.668,77
Clientes	4.884.483,44			4.884.483,44
Outras contas a receber	1.072.239,10		5.525.020,85	6.597.259,95
Caixa e seus equivalentes	1.496.925,38			1.496.925,38
	7.453.647,92	25.000,00	5.525.020,85	13.003.668,77

Ano de 2011				
Passivos Financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	219.902.816,62	70.247.227,60	0,00	290.150.044,22
Outros instrumentos financeiros	219.902.816,62	70.247.227,60		290.150.044,22
Passivos correntes	112.821.121,03	139.702,95	6.005.033,47	118.965.857,45
Fornecedores	4.554.804,92			4.554.804,92
Empréstimos e descobertos bancários	105.225.954,61			105.225.954,61
Outras contas a pagar	1.796.362,24		6.005.033,47	7.801.395,71
Outros instrumentos financeiros	1.243.999,26	139.702,95		1.383.702,21
	332.723.937,65	70.386.930,55	6.005.033,47	409.115.901,67

Em 2012 e 2011, o Grupo apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- Empréstimos concedidos e contas a receber;
- Disponíveis para venda;
- Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2012 e 2011, encontram-se nesta situação as rubricas de clientes, outras contas a receber, caixa e depósitos bancários e outras contas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade (exceção prevista no ponto 29 alínea b) da IFRS7). Assim, não procedemos à sua divulgação.

Restam os instrumentos financeiros derivados, incluídos na rubrica Outros passivos financeiros, já escriturados ao justo valor.

17.2. Financiamentos obtidos

Os empréstimos denominados correntes, compostos por linhas de contas correntes caucionadas e descobertos autorizados, tinham, a 31 de dezembro de 2012, a utilização imposta por uma gestão financeira racional, e utilização integral dos hot money's e mútuos, globalmente 15 linhas de apoio à tesouraria.

As condições de financiamento, no ano em análise, para os estes empréstimos e descobertos bancários correntes foram negociados dentro das fortes contingências de mercado: limites restritivos, degradação das condições financeiras e encurtamento das maturidades.

Em 2011 e 2012, a negociação fixou o spread mais alto em 8%.

A 31 de dezembro de 2012, a taxa euribor 1M era o indexante mais usado acompanhando a periodicidade de pagamento de juros.

O grupo de empréstimos não correntes, em vigor a 31 de dezembro de 2012, caracteriza-se como se segue:

- Em junho de 2007, o Grupo emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe Call-Option, a partir do 5º ano, total ou parcial. Para esta operação foi pedida admissão à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011, admissão proposta pelo Banco detentor da emissão, atentas as dificuldades do mercado financeiro, a falta de liquidez e a sua repercussão nas facilidades de curto prazo concedidas.

- Em outubro de 2009, o Grupo contraiu um empréstimo obrigacionista a 5 anos no montante de 120.000 milhares de Euros. O reembolso do empréstimo efetuar-se-á ao valor nominal, no final do prazo da emissão. Este empréstimo foi admitido à negociação em mercado regulamentado.

Estes dois financiamentos usufruem da Garantia Pessoal do Estado Português.

Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de “covenants” habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de default, cross default, negative pledge e pari passu, acordadas e aceites pelas contrapartes.

Há a assinalar também a existência de cláusulas de ownership do Estado Português.

Os “covenants” acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de ownership que obrigam à detenção do capital de empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

As condições de financiamento dos empréstimos não correntes vigentes, em 2012, são as seguintes:

Empréstimo	Vencimento	Taxa juro	Periodicidade
Empréstimos obrigacionistas não convertíveis			
Obrigacionista 2007	05-Jun-22	Euribor6M+0,0069%	Semestral
Obrigacionista 2009	09-Out-14	3,61%	Semestral

Em 31 de dezembro de 2012, a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos

17.3. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo tinha contratado os instrumentos financeiros derivados conforme indicado na nota 16.2.

O Grupo detém, desde 2007, duas operações de cobertura do risco de taxa de juro que replicam 50% do valor nominal de um empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. A maturidade destas operações atinge-se em 2022.

Breve descrição das operações e evolução do seu justo valor (MTM)

a) 14,5 YEARS RANGE ACCRUAL SWAP

Esta estrutura tem duas partes distintas. Na primeira fase, correspondente aos 3 primeiros anos, o Grupo paga taxa fixa e recebeu taxa variável. Na segunda fase, após 2010, O grupo passou a pagar um *spread* adicional sobre a taxa fixa, aplicável na percentagem do número de dias do período de

contagem de juros em que CMS10Y se situe abaixo de 2,75% ou, em alternativa, CMS10Y-2Y spread seja inferior a -0,25%.

b) 14,5 YEARS CUMULATIVE CAP&FLOOR WITH DIGICOUPON SWAP

Na fase inicial – 3 primeiros anos – esta estrutura assemelhava-se a um *vanilla swap* no qual o Grupo recebia taxa variável e pagava taxa fixa. Na fase subsequente, após 2010, à taxa fixa acresce um *spread* adicional, dependente das variações da Euribor a 3 meses. Para que o *spread* adicional seja nulo a Euribor a 3 meses nunca pode estar abaixo de 2% ou acima de 6%. Nos períodos em que a Euribor esteja fora do intervalo, o *spread* adicional corresponde à diferença entre os limites das barreiras e a Euribor a 3 meses majorado por um multiplicador. O *spread* resultante é incorporado no cupão seguinte, por via dos efeitos cumulativos. Quando a Euribor voltar a situar-se dentro do intervalo, a estrutura de cobertura tem um *digicoupon* determinado, que mais não é do que um “efeito acelerador” de anulação dos efeitos cumulativos dos cupões anteriores.

Os instrumentos de derivados estão valorizados ao justo valor, sendo o seu cálculo efetuado pelas respetivas contrapartes, as instituições financeiras com quem o Grupo contratou. A sua determinação é efetuada com base em modelos de avaliação de Opções (*Option Pricing Models*) e de Desconto de Fluxos de Caixa Futuros (*Discount Cash-Flow Model*) adequados a instrumentos derivados não cotados em bolsa de valores (instrumentos derivados OTC).

A valorização do swap de taxa de juro é indicativa e representativa das condições de mercado existentes à data de referência. O swap pode incorrer em ajustes significativos no justo valor em resultado de relativamente pequenas variações das variáveis críticas, risco de mercado, como também pela verificação de condições anormais da liquidez do mercado, risco de liquidez, ou pela sensibilidade, directa ou indirecta, a outro tipo de factores, riscos de natureza diversa (risco crédito ou risco sistémico).

Por Despacho 1979/2012-SET, publicado a 30-11-2012 - Gestão das Operações de Derivados Financeiros das Empresas Publicas Não Financeiras, ao Grupo não é permitido contratar, reestruturar, cancelar ou transferir posição em instrumentos financeiros sem o parecer prévio favorável da Agencia de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública.

As variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2012 e 2011, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Ajustamentos negativos nos instrumentos financeiros (nota 30).

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

A 31 de dezembro de 2012 o justo valor das duas operações era significativamente negativo, no montante de 113 milhões de euros. Uma variação negativa de 43 milhões de euros face à mesma data de 2011, traduzindo a instabilidade no mercado monetário/swap e, acima de tudo, a expectativa da continuação do cenário de manutenção das taxas de juro em mínimos históricos.

Detalhe das variações de justo valor, em 2012 e 2011:

Financiamento coberto	Montante nocional	Maturidade	2012	2011
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-39.030.426,77	-28.230.602,18
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-3.238.965,61	-5.800.885,39
			-42.269.392,38	-34.031.487,57

17.4. Gestão de riscos

17.4.1. Riscos de mercado

17.4.1.1. Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo o controlo e a minimização dos custos da dívida dentro das contingências atuais da negociação e da concessão do crédito.

A dívida do Grupo a instituições financeiras encontra-se, na sua maioria, diretamente exposta ao risco de variação de taxas de juro. O Grupo detém apenas uma operação de financiamento a taxa fixa, no que se refere ao médio e longo prazo.

O Grupo detém duas estruturas de cobertura cujo objetivo de contratação foi a redução da exposição ao risco de taxa de juro.

O Grupo está essencialmente exposto às variações da taxa Euribor 1M, taxa Euribor 3M nas operações de curto prazo e à taxa Euribor de 6M, no que se refere ao financiamento de médio e longo prazo. Está também exposto às variações das taxas de 2 e 10 anos, bem como à correlação entre estes dois indexantes.

Análise de sensibilidade

a) Operações de swap

Estima-se que na estrutura de cobertura 14,5 YEARS RANGE ACCRUAL SWAP, uma variação de +1% das taxas forward provocaria uma melhoria de 6,3 milhões de euros no seu valor de mercado, ao mesmo tempo que para uma variação de -1% implicaria um agravamento em 6 milhões de euros.

Na operação de cobertura 14,5 YEARS CUMULATIVE CAP&FLOOR WITH DIGICOUPOON SWAP, uma variação de +1% das taxas forward provocaria uma melhoria de 38,5 milhões de euros no seu valor de mercado. Para este instrumento não foi efetuada análise de sensibilidade para variações de -1% pois ao nível atual das taxas, uma variação deste nível não permitiria qualquer tipo de análise coerente.

b) Operações não correntes

Efetuada uma análise de sensibilidade à exposição do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, médio prazo, os encargos apresentariam, face à previsão de 2013, um incremento de mais 585 mil euros, para uma variação de mais 1% na taxa de juro.

A emissão de obrigações de 120 milhões de euros pelo prazo de 5 anos tem a taxa de juro de cupão fixada, não estando por isso exposta ao risco de flutuação de taxa.

c) Operações correntes

A dívida corrente está exposta a variações de taxa, euribor de 1 e de 3 meses, e a variações de spread, no contexto atual mais gravosos, variáveis e significativos que os próprios indexantes. A composição, já atrás descrita, comporta 15 linhas cujo montante a 31 de dezembro ascendia a cerca de 148 milhões de euros.

Efetuada uma análise de sensibilidade, uma variação do nível de taxa de +1% na taxa de juro implicaria um aumento de 1,3 milhão de euros face aos encargos previstos para o ano de 2013, tendo por base de calculo a divida existente utilizada em 31 de dezembro de 2012.

17.4.1.2. Risco de subida do preço do crédito

O Grupo, pela parcela de divida de curto prazo que gere, está exposto ao comportamento dos preços de crédito de mercado, o que foi considerado um novo risco pelo seu comportamento desde o ano de 2011. O risco de subidas constantes e manutenção em alta do preço do crédito continua a induzir um efeito muito negativo nos Resultados Financeiros

17.4.1.3. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza o Grupo não está exposto a este risco.

17.4.1.4. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de uma importância muito relevante num Grupo que não gere excedente de tesouraria suficiente para se auto-sustentar.

O modelo de financiamento assenta em capitais alheios e a política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos com todos os parceiros de atividade - empregados, fornecedores e banca.

Com a finalidade de mitigar este risco o Grupo:

- 1) Procede ao seu planeamento financeiro prevendo, para um horizonte temporal alargado, a tesouraria da empresa;
- 2) Procura dispor de um leque de apoios de curto prazo com as melhores condições que o mercado oferece, e focaliza-se na obtenção de uma parcela de conforto e segurança, para a eventualidade de estrangulamento de tesouraria, como uma reserva de liquidez;
- 3) Sempre que possível procura diversificar fontes de investimento e também maturidades, procedendo igualmente a consolidações de passivo dentro das condicionantes conjunturais e de mercado;
- 4) Tem presentes os princípios orientadores tutelares para o sector, divulgados, antecipando contingências e informando as Tutelas das previsões e execuções em curso;
- 5) E, por último, escolhe contrapartes credíveis para parcerias de continuidade.

O Grupo reporta à Tutela as dificuldades sentidas em consequência das restrições ao crédito aplicadas ao setor empresarial do estado.

As responsabilidades com os *cash flows* futuros relativos aos empréstimos não correntes, são os seguintes:

Anos	Juros	Reembolso	Cash-flow
2013	4.686.945,83		4.686.945,83
2014	4.686.945,83	120.000.000,00	124.686.945,83
2015	353.745,83		353.745,83
2016	353.745,83		353.745,83
2017	353.745,83		353.745,83
2018	353.745,83		353.745,83
2019	353.745,83		353.745,83
2020	353.745,83		353.745,83
2021	353.745,83		353.745,83
2022	176.388,33	100.000.000,00	100.176.388,33

Reportado a 31 de dezembro de 2012, o Grupo possuía cerca de 100 milhões de euros de lidas de curto prazo, disponíveis para utilização.

17.4.1.5. Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e prestações de serviço acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se que o crédito seja liquidado em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar este risco o Grupo analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Entende-se que, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as perdas por imparidade registadas, resultantes de dívidas a receber, refletem a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

Detalhe da rubrica de Clientes e Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2012	2011
Clientes c/c	1.944.288,98	4.884.483,44
Sem registo de imparidade		
Clientes c/c	1.934.495,98	4.884.483,44
Não vencido	1.604.253,15	4.703.909,15
Vencido	330.242,83	180.574,29
<30	6.065,75	61.764,77
<60	5.321,05	62.979,69
<90	2.842,35	17.366,46
<120	20.839,32	9.403,60
<180	1.871,88	8.259,89
>=180	293.302,48	20.799,88
Com registo de imparidade		
Clientes c/c	9.793,00	
Vencido	9.793,00	
>=180	9.793,00	

	2012	2011
Outros devedores	2.164.811,13	1.635.101,90
Sem registo de imparidade		
Outros devedores	1.251.468,59	725.459,36
Não vencido	179.914,42	307.003,65
Vencido	1.071.554,17	418.455,71
<30	235.589,30	62.188,99
<60	95.932,91	59.664,40
<90	102.300,73	85.917,82
<120	133.241,56	28.155,39
<180	268.571,12	42.942,05
>=180	235.918,55	139.587,06
Com registo de imparidade		
Outros devedores	913.342,54	909.642,54
Vencido	913.342,54	909.642,54
>=180	913.342,54	909.642,54

As dívidas em mora há mais de 90 dias são essencialmente de entidades de capitais exclusivamente públicos. As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas, tendo sido reforçadas as imparidades, no exercício de 2012, em 13.493,00 euros para dívidas de clientes e outros devedores. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012, as imparidades clientes e outros devedores ascendem a 923.135,54 euros

17.4.2. Covenants

Na contratação das operações financeiras, o Grupo diligencia no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao *standard* de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

18. Responsabilidades por benefícios de reforma e invalidez

O Grupo possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definido que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores da STCP com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse os 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 o Grupo transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI-Aberto, procedendo, com a assinatura do contrato de Adesão, a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2012	2011
Custo com serviços passados de reformados	2.989.571,00	2.932.811,00
Custo com serviços passados ativos		
Responsabilidade do fundo	2.989.571,00	2.932.811,00

Os pressupostos financeiros e atuariais utilizados na avaliação atuarial das responsabilidades, em 2012 e 2011, foram os seguintes:

Principais pressupostos	2012	2011
Na determinação das responsabilidades		
Taxa de desconto	2,50%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento do teto	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros (*)	
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Na determinação dos custos		
Taxa de desconto	0,0475	0,0475
Taxa de rendimento	5,30%	5,10%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social	
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (**)	1,75%	1,75%

(*) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548, 68 Euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 Euros.

(**) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

Movimentos no fundo de pensões em 2012 e 2011:

	2012	2011
Valor dos ativos no fundo no início do exercício	2.110.582,00	2.338.541,00
Contribuições empresa	238.288,00	338.713,00
Pensões pagas	-497.949,00	-540.703,00
Rendimento efetivo :	151.734,00	-25.969,00
Rentabilidade esperada no fundo líquida de comissões	97.917,00	104.956,00
Ganhos / (Perdas) de rendimento	53.817,00	-130.925,00
Valor dos ativos no fundo no final do exercício	2.002.655,00	2.110.582,00

À data do encerramento das contas não é possível estimar com fiabilidade o valor das contribuições que se espera para o ano de 2013, cujo montante será determinado em função do nível de financiamento.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Responsabilidades no início do exercício	2.932.811,00	3.267.798,00
Custo dos juros	126.812,00	141.893,00
Pensões previstas	-526.178,00	-561.151,00
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	124.143,00	84.271,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	331.983,00	
Responsabilidades no final do exercício	2.989.571,00	2.932.811,00

No decurso dos exercícios findos em 2012 e em 2011 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica Gastos com o pessoal, decorrentes de responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez:

	2012	2011
Custos com serviços correntes		
Custo dos juros	126.812,00	141.893,00
Rentabilidade esperada	-97.917,00	-104.956,00
Perdas e (Ganhos) atuarias:	374.080,00	194.748,00
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	124.143,00	84.271,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	-53.817,00	130.925,00
Perdas e (Ganhos) benefícios (pensões)	-28.229,00	-20.448,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	331.983,00	
	402.975,00	231.685,00

Evolução dos ganhos e perdas decorrentes dos ajustamentos de experiência:

	2012	2011	2010	2009	2008
Passivos do plano					
Ganhos / (Perdas) de experiência	-124.143,00	-130.925,00	139.713,00	-4.462,00	62.774,00
% Resp. por serviços passados	-4,2%	-6,2%	4,3%	-0,1%	1,6%
Ativos do plano					
Ganhos / (Perdas) de rendimento	53.817,00	-84.271,00	-63.731,00	56.653,00	-501.369,00
% Ativos do plano	2,7%	-2,9%	-2,7%	2,2%	-16,5%

Taxas de rendimento efetivo do Fundo de Pensões que nos últimos 5 anos:

	2012	2011	2010	2009	2008
Taxa de rendimento efetiva	9,06%	-0.71%	2.8%	8.22%	-8.05%

Não é aplicável o parágrafo 104.A. da IAS19.

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

Ano	Responsabilidades do Fundo	Valor dos Ativos no Fundo	Défice/Superavit do Fundo	Taxa de Cobertura do Fundo
2008	3.882.068,00	3.045.472,00	-836.596,00	78%
2009	3.491.295,00	2.626.274,00	-865.021,00	75%
2010	3.267.798,00	2.338.541,00	-929.257,00	72%
2011	2.932.811,00	2.110.582,00	-822.229,00	72%
2012	2.989.571,00	2.002.655,00	-986.916,00	67%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Composição	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Ações	48.902.735	34,8%	34.717.442	27,5%
Imobiliário	2.382.429	1,7%	2.836.321	2,2%
Obrigações Taxa Indexada	10.745.070	7,6%	12.880.763	10,2%
Obrigações Taxa Fixa	61.316.692	43,7%	54.113.297	42,9%
Retorno Absoluto	737.366	0,5%	4.394.551	3,5%
Liquidez	16.384.165	11,7%	17.299.658	13,7%
	140.468.457		126.242.032	

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o valor patrimonial da adesão do Grupo ao Fundo de Pensões BPI Aberto BPI Valorização era respetivamente de 2.002.655 euros e de 2.110.852 euros, representando 1,4% e 1,7% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem, na sua composição, ativos do Grupo.

19. Ajustamentos de ativos

Movimento ocorrido nos ajustamentos de ativos, nos anos de 2012 e 2011:

Rubricas	Saldo 01.01.12	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.12
Ajustamentos acumulados de dívidas de clientes		9.793,00		9.793,00
Ajustamentos acumulados de outras dívidas de terceiros	909.642,54	3.700,00		913.342,54
Ajustamentos acumulados de inventários	128.986,77	632.639,79		761.626,56
	1.038.629,31	646.132,79	0,00	1.684.762,10

Rubricas	Saldo 01.01.11	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.11
Ajustamentos acumulados de outras dívidas de terceiros	909.642,54			909.642,54
Ajustamentos acumulados de inventários	123.011,08	5.975,69		128.986,77
	1.032.653,62	5.975,69	0,00	1.038.629,31

Os ajustamentos acumulados relativos a outras dívidas de terceiros, que transitam de exercícios anteriores, referem-se à dívida a seguir indicada:

- 910 milhares de euros relativos à indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

O aumento dos ajustamentos em inventários deve-se essencialmente à descontinuação do tarifário monomodal ocasional sem contacto a partir de 1 de janeiro de 2013 e materiais relativos à via e rede cujo valor realizável líquido é inferior ao seu custo de aquisição

20. Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos pendentes no final de cada exercício em Tribunal e correspondendo ao valor previsível global.

- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: de acordo com os encargos que o Grupo deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2011. Até fevereiro de 1998, o Grupo foi auto-segurador relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, o Grupo transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de
- dezembro de 2012, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data (nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas).

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2012 e 2011:

Rubricas	Saldo 01.01.12	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.12
Processos judiciais em curso	1.886.497,02	952.054,85		2.838.551,87
Acidentes de trabalho e doenças profissionais.	484.691,43		9.397,42	475.294,01
Outros riscos e encargos	1.612.414,10	1.965.819,50	22.537,79	3.555.695,81
	3.983.602,55	2.917.874,35	31.935,21	6.869.541,69

Rubricas	Saldo 01.01.11	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.11
Processos judiciais em curso	1.897.786,41		11.289,39	1.886.497,02
Acidentes de trabalho e doenças profissionais.	528.091,61		43.400,18	484.691,43
Outros riscos e encargos	2.173.885,00	112.414,10	673.885,00	1.612.414,10
	4.599.763,02	112.414,10	728.574,57	3.983.602,55

O Grupo tem pendentes contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário da empresa.
- Processo Judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, SA e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros nº 52/2003, de 27 de março, que atribuiu àqueles operadores, no ano de 2003, as Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nestes dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respetivamente na sua qualidade de acionista e de responsável pela compensação do serviço público.

O facto de o Grupo não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores no que respeita aos processos judiciais referidos decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade última das matérias em litígio:

- No processo intentado pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português acerca da propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do então ainda designado Serviço de Transportes Coletivos do Porto, tem a empresa a convicção que o desfecho deste processo judicial será

a confirmação de que os ativos em causa lhe pertencem e que, em diferente resultado, é ao Estado e não à empresa que incumbe a solução prevista também na PI: pagar uma indemnização ao Município equivalente ao valor que for atribuído ao (s) imóvel (imóveis) que eventualmente a sentença final viesse a decidir pertencer (em) a este último. Esta ação encontra-se ainda numa fase de avaliação sobre se o Tribunal tem competência para julgar este processo, não sendo expectável desfecho definitivo nos próximos anos.

- No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, o Estado já dispõe dos dados necessários para comprovar que a verba atribuída à STCP (única que nos compete saber) não foi sequer suficiente para cobrir os custos a mais suportados com o serviço de natureza social que lhe é imposto, realizado nesse ano. O montante que pudesse eventualmente ser objeto de devolução ao Estado Português deveria ser atribuído à STCP e poderia sê-lo nomeadamente como aumento de capital, na sua qualidade de acionista único.

Do acima exposto, podemos concluir que estes passivos são contingentes porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% bem como não é possível estimar o montante dos reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

21. Fornecedores e outros credores

Detalhe da mora das dívidas a fornecedores e outros credores, em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Fornecedores c/c	4.300.427,06	4.554.804,92
Não vencido	3.562.843,45	3.403.756,58
Vencido	366.304,75	699.722,20
<30	206.637,57	385.293,03
<60	30.706,04	71.853,68
<90	32.236,81	14.590,39
<120	8.728,16	35.506,19
<180	30.769,45	15.321,04
>=180	57.226,72	177.157,87
Em recepção e conferência	371.278,86	451.326,14
Fornecedores de investimento	77.244,00	143.746,42
Não vencido		82.187,83
Vencido	77.244,00	61.558,59
<30	77.244,00	17.220,00
<60		
<90		38.949,96
<120		971,09
<180		2.094,31
>=180		2.323,23
Outros credores	475.054,17	1.514.979,35
Não vencido	110.433,92	86.056,38
Vencido	364.620,25	1.428.922,97
<30	648,85	709.899,19
<60	557,97	526.288,43
<90	4,47	77.261,75
<120	0,64	2.130,49
<180	1,28	18,31
>=180	363.407,04	113.324,80

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável (o qual é puramente comercial: 60 dias);

22. Outras contas a pagar

Detalhe das outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Outras dívidas a terceiros	1.440.812,32	2.699.682,69
Adiantamento a clientes e saldos credores clientes e out. devedores	1.978,33	9.671,10
Estado e outros entes públicos (*)	764.467,26	903.320,45
IRS/IRC retido a terceiros	177.484,50	226.410,75
IVA a pagar	0,00	0,00
Contribuições p/ sistemas de Seg. Social	583.915,56	661.415,90
Outros impostos e taxas	3.067,20	15.493,80
Pessoal	122.068,56	127.965,37
Fornecedores de imobilizado	77.244,00	143.746,42
Outros credores	475.054,17	1.514.979,35
Outros passivos correntes (*)	4.988.476,24	5.101.713,02
Acréscimo de gastos	3.437.065,81	3.834.943,47
Materiais e serviços consumidos	1.311.222,37	1.547.651,55
Remunerações a liquidar	2.033.160,84	2.151.539,47
Impostos a liquidar	77.211,64	135.752,45
Outros acréscimos de gastos	15.470,96	0,00
Rendimentos e ganhos diferidos	1.551.410,43	1.266.769,55
Prestações de serviços	322.931,14	908.011,69
Outros rendimentos diferidos	1.228.479,29	358.757,86
Outras contas a pagar correntes	6.429.288,56	7.801.395,71

(*) Não abrangidos pela IFRS7

23. Capitais próprios

23.1. Capital nominal

O capital social da STCP, S.A., no valor de 79.649 milhares de euros, encontra-se totalmente realizado. O capital social é representado por 15.929.800 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros. O Estado Português é detentor de 100% do capital social do Grupo.

23.2. Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

Movimento ocorrido no excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos anos de 2012 e 2011:

	Ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.2011	45.372.144,99
Amortizações	-739.042,12
Saldo a 31.12.2011	44.633.102,87
Saldo a 01.01.2012	44.633.102,87
Amortizações	-729.647,39
Reversão da Revalorização	-4.769.400,09
Aumento da Revalorização	1.614.586,64
Saldo a 31.12.2012	40.748.642,03

24. Rédito das vendas e dos serviços prestados

Detalhe das vendas e dos serviços prestados em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Rédito dos serviços prestados	50.166.640,33	51.197.741,87
Transporte público de passageiros (*)	49.941.273,86	50.681.267,18
Circuitos turísticos	94.826,14	413.213,62
Aluguer de autocarros	70.913,51	60.530,00
Aluguer de carros eléctricos	59.626,82	42.731,07

A totalidade do rédito dos serviços prestados foi realizada no mercado nacional.

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado Decreto-Lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

O Grupo celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa o Grupo pelo desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29/06/2006, o acordo para o tarifário 4_18@escola.tp foi celebrado em 29/01/2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 01/09/2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

Assim, o Grupo reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rédito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

25. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Detalhe dos outros rendimentos operacionais em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Rendimentos suplementares	2.029.085,02	1.873.788,44
Subsídios à exploração	10.728.612,45	18.868.926,96
Regularização de existências	44.398,90	81.227,70
Indemnizações de sinistros recebidas	288.937,20	279.859,49
Outros subsídios	146.457,13	107.608,06
Ganhos em investimentos não financeiros	0,00	833,33
Ganhos com ativos fixos tangíveis e intangíveis	71.433,18	91.717,65
Benefícios e penalidades contratuais	240.547,25	18.333,67
Outros rendimentos operacionais	82.251,53	95.591,45
	13.631.722,66	21.417.886,75

A empresa-mãe está sujeita a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. O Grupo segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

26. Rendimentos e ganhos financeiros

Detalhe dos rendimentos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Juros e outros ganhos financeiros	2012	2011
Juros obtidos	6.108,96	341.268,17
Descontos de pronto pagamento obtidos	11.281,88	13.233,77
Rendimentos e ganhos com propriedades investimento	252.517,56	283.680,95
Rendimentos participação capital	0,00	0,00
Outros rendimentos financeiros correntes	1,44	1,78
	269.909,84	638.184,67

27. Materiais e serviços consumidos

Detalhe dos materiais e serviços consumidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Subcontratos	4.731.920,57	6.607.526,15
Combustíveis	10.324.171,76	10.192.210,96
Rendas e alugueres	5.943.772,32	6.117.544,08
Conservação e reparação	3.328.684,08	3.425.331,33
Comissões	1.990.637,76	2.099.745,95
Comunicações	360.685,66	425.345,01
Electricidade	519.369,55	485.786,44
Seguros	579.172,99	615.509,45
Honorários	75.348,54	123.057,36
Trabalhos especializados	899.532,40	235.312,06
Publicidade e propaganda	27.581,70	24.674,49
Comunicação e informação ao público	24.272,02	28.397,78
Limpeza, higiene e conforto	1.105.397,00	1.170.561,50
Vigilância e segurança	300.533,15	265.225,69
Fiscalização da receita	380.160,00	365.692,29
Outros materiais e serviços consumidos	418.401,00	425.191,68
	31.009.640,50	32.607.112,22

28. Outros gastos e perdas operacionais

Detalhe dos outros gastos operacionais em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Impostos e taxas	100.864,99	171.342,87
Regularização de existências	6.448,22	23.354,60
Indemnizações de sinistros de autocarros	886.983,73	439.255,58
Perdas com activos fixos tangíveis e intangíveis	21.775,61	156,02
Quotizações	49.890,75	24.824,35
Donativos	82.616,76	88.282,43
Multas e penalidades contratuais	39.441,16	7.766,14
Outros gastos e perdas c/inv.não financeiros	0,00	500,00
Outros gastos operacionais	359.472,58	5.573,65
	1.547.493,80	761.055,64

29. Gastos com pessoal

Detalhe dos gastos com pessoal em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	271.331,23	373.132,86
Remunerações do pessoal	22.786.895,41	27.093.115,15
Pensões de acidente de trabalho e doenças profissionais	47.539,29	49.373,88
Gastos com prémios para pensões e benefícios de reforma	402.975,00	231.685,00
Encargos com remunerações	5.049.897,57	5.978.287,87
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	278.114,98	363.113,71
Gastos com acção social	276.716,37	355.533,72
Indemnizações com cessações de trabalho	1.846.711,08	2.871.967,63
Outros gastos com o pessoal	90.449,32	93.002,55
	31.050.630,25	37.409.212,37

Os gastos com o pessoal registam uma redução na ordem dos 6.358.582,12 euros reflexo das medidas de contenção remuneratória aplicadas às empresas do setor empresarial do estado, que se verifica desde 2010, por aplicação das Leis nº 55-A/2010 e nº 64-B/2011, que obrigam e regulamentam a redução remuneratória a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal ilíquida seja superior a 1.500 euros, o congelamento das progressões na carreira em termos remuneratórios, a restrição do pagamento dos subsídios de férias e natal, e a redução do efetivo.

30. Gastos e perdas financeiros

Detalhe dos gastos e perdas financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Juros e outros gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	19.033.567,22	13.159.561,31
Despesas e descontos com emissão financiamento	36.151,28	39.143,74
Outras despesas financeiras com o financiamento	1.882.032,06	1.239.215,76
Diferenças de câmbio desfavoráveis		1,89
Gastos e perdas em propriedades investimento	17.552,67	19.034,76
Outros gastos e perdas financeiras	20.636,47	17.928,22
	20.989.939,70	14.474.885,68

	2012	2011
Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros		
Ajustamentos negativos nas propriedades de investimento	309.000,00	
Desreconhecimento Goodwill (nota 8)		328.171,97
Ajustamentos negativos nos instrumentos financeiros (nota 17.2)	42.269.392,38	34.031.487,57
	42.578.392,38	34.359.659,54

31. Responsabilidades por garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros eram as seguintes:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2012	2011
Ministério da Administração Interna	Serviços autoproteção para atividades previstas na alínea f) nº 2 do art.1 do DL 276/93		19.000,00
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.430,41	447.430,41
EDP Serviço Universal	Fornecimento energia		9.168,00
Tribunal Adm. Fiscal do Porto	Litígio relativo ao subsídio SAE		341.497,02
Tribunal Judicial Gondomar	Litígio com Imgoval		245.564,00
		447.430,41	1.062.659,43

32. Partes relacionadas

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

Os saldos e transações durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 com entidades relacionadas e não consolidadas, ou consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, tinham o seguinte detalhe:

Entidades relacionadas	2012			
	Contas a receber	Contas a pagar	Custos operacionais	Proveitos operacionais
Metro do Porto, S.A.	24.281,96	44.871,83	36.425,15	221.960,76
TIP, ACE	1.821.168,81	341.390,71	1.781.957,53	42.363.394,24
OPT		23.677,50	73.470,00	

Entidades relacionadas	2011			
	Contas a receber	Contas a pagar	Custos operacionais	Proveitos operacionais
Metro do Porto, S.A.	104.563,46	166,36		296.273,81
TIP, ACE	4.786.599,79	1.250.009,21	1.011.882,91	41.300.928,37
OPT		30.031,99	84.641,17	

As remunerações do pessoal chave da gestão do Grupo, nos exercícios findos em 2012 e 2011, encontram-se descritos no ponto 3.3 (Remunerações dos órgãos sociais) deste relatório e contas.

33. Número de pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o efetivo médio ao serviço das empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral foi de 1.290 e 1.458, respetivamente.

34. Resultados por ação

Cálculo dos resultados por ação no ano de 2012 e 2011:

	2012	2011
Resultados líquidos do período	-74.025.264,53	-53.470.205,94
Nº médio ponderado de ações	15.929.800	15.929.800
Resultado por ação básico	-4,65	-3,36

35. Capital próprio negativo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o Grupo incorreu num prejuízo de 74.025.264,53 euros verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu ativo total em 408.727.140,68 euros.

Apesar de apresentar continuamente resultados negativos, é entendimento do Grupo STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantido dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

36. Acontecimentos após a data do balanço

Em 05 de Abril, foi proferido o Acórdão nº187/2013 do Tribunal Constitucional que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro. Essa decisão determina o pagamento pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês, esperando-se um impacto nos resultados do período de 1.686.506,76 Euros.

37. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com o normativo contabilístico português, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2013.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 elaboradas de acordo com o normativo internacional, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2013.

Ambas serão colocadas para aprovação na Assembleia-geral de Acionistas.

Porto, 24 de abril de 2013

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

4 Declaração de Conformidade da Informação Financeira Apresentada

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2012 e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei e ainda que não tenham sido submetidos a aprovação em assembleia geral, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da STCP, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 24 de abril de 2013

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

5 Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

6 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal